

Relatório Anual da

# Comissão de Anistia

2009



Ministério da Justiça

# **RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE ANISTIA**

**Brasília**

**2 0 0 9**





**Ministério da Justiça**

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro  
**Tarso Genro**

Secretário-Executivo do Ministério da Justiça  
**Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto**

Presidente da Comissão de Anistia  
**Paulo Abrão**

Vice-Presidente  
**Sueli Aparecida Bellato**

Secretária-Executiva da Comissão de Anistia  
**Roberta Vieira Alvarenga**

**Comissão de Anistia**

**Secretaria-Executiva**

Andrea Valentim Alves Ferreira  
Evelin dos Santos Ferreira  
Glaucia Bruno Souza  
Jane Ferreira Braulino  
Joaquim Soares Neto  
Muller Luiz Borges  
Simone Eliza Casagrande  
Viviane Fecher Moreira

**Sector de Assessoria e Projetos  
da Comissão de Anistia**

*Núcleo Educativo*

Flávia Carlet  
Kelen Meregali Model Ferreira  
Daniela Frantz  
Vanda Davi Fernandes de Oliveira  
Marleide Ferreira Rocha

*Núcleo Memorial*

Edson Claudio Pistori  
Luana Andrade Benício  
André Amud Botelho  
Eduardo Miranda Siufi  
Paula Danielli Rocha Nogueira

*Núcleo de Cooperação  
Internacional*

Marcelo Dalmás Torelly  
Marcio Rodrigo P. B. Nunes Cambraia  
Roberto Flores dos Reis

*Núcleo Administrativo*

Rodrigo Gonçalves dos Santos  
Tatiana Tannus Grama

## SUMÁRIO

**Apresentação ..... 7**

**Balanco das Ações ..... 9**

1. Administrativas ..... 11
2. Educativas ..... 17
3. Memória ..... 37
4. Atividades e Cooperação Internacional ..... 45
5. Publicações ..... 55
6. Comunicação ..... 61

**Dados ..... 69**

**Anexos ..... 77**

B823r

Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia.

Relatório Anual da Comissão de Anistia 2009. – Brasília : Comissão  
de Anistia, 2010.  
98 p. ; il., gráfs., tab.

Inclui em anexo os boletins da Comissão de Anistia de 2009.

1. Anistia. 2. Relatório técnico. I. Ministério da Justiça (MJ). II. Título.

CDD 341.5462



## APRESENTAÇÃO

A investigação do passado e a reparação dos atos arbitrários cometidos pelo Estado são fundamentais para a construção da cidadania. Recontar e trazer à tona seus acontecimentos é essencial para a recuperação da memória individual e coletiva. A compreensão do que passou por intermédio da narrativa da herança histórica e pelo reconhecimento oficial dos acontecimentos possibilita aos cidadãos construir os valores que indicarão sua atuação na contemporaneidade.

Durante o ano de 2009, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça deu continuidade ao seu trabalho de promover a reparação e recuperar, para os brasileiros, a história desses indivíduos que, em muitas situações, deram a própria vida para a construção da democracia no Brasil. A cada sessão realizada, o depoimento dos anistiandos revelou pedaços de uma história de violência e arbitrariedades cometidas pelo Estado durante os períodos de repressão política. A cada pedido oficial de perdão, foram resgatados os valores do Estado Democrático de Direito e da Justiça.

Para agregar novos esforços e acelerar a apreciação de requerimentos de anistia, em 2009, foram nomeados novos conselheiros. Para proporcionar um espaço de formação e reflexão sobre as diferentes dimensões da repressão política, servidores da Comissão de Anistia foram capacitados. As vitórias do povo brasileiro na luta contra a ditadura foram comemoradas, juntamente com inúmeros parceiros, durante o “Ciclo Comemorativo aos 30 anos da Luta pela Anistia no Brasil”.

As atividades educativas e culturais foram ampliadas em 2009 com a realização de 15 Caravanas da Anistia e três Anistias Culturais. O lançamento do Memorial da Anistia foi um marco importante na luta pela recuperação da memória histórica no Brasil. A criação de espaços culturais em locais de resistência ao regime militar fazem com que a população olhe de frente para a sua história e crie mecanismos que impeçam novas violações aos direitos humanos.

Assim, rumo a 2010, a Comissão de Anistia segue buscando nos brasileiros e brasileiras que lutaram pela consolidação de um país livre a inspiração para o prosseguimento das pautas ainda pendentes da transição política no país.

**Paulo Abrão**

Presidente da Comissão de Anistia



# Balanço das Ações



# Administrativas

1

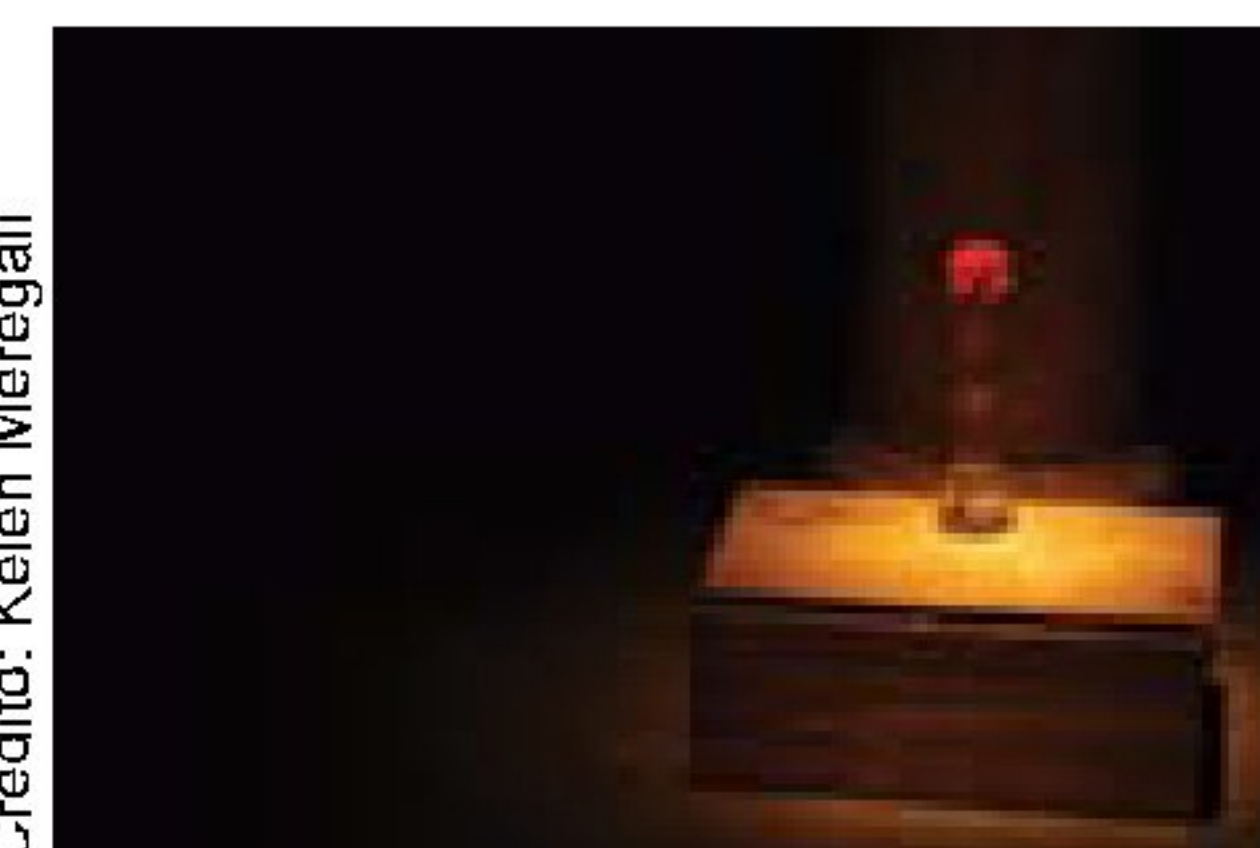


### **Nomeação de novos conselheiros em 2009**

Com o objetivo de agregar novos esforços e acelerar a apreciação de requerimentos de anistia, foram nomeados novos conselheiros, exercendo atividades de relevante interesse público à Comissão de Anistia. São eles, Edson Claudio Pistori, Ana Maria Guedes, Maria Emilia Guerra Ferreira, Rita Maria de Miranda Sipahi, Mario Miranda de Albuquerque, Eneá de Stutz e Almeida.

### **Atividade de integração técnica dos funcionários, conhecendo o Memorial da Resistência em São Paulo**

Crédito: Kelen Meregali



Funcionários, analistas e assessores técnicos da Comissão de Anistia, num total de 46 pessoas, coordenados pela Secretária-Executiva Roberta Alvarenga, visitaram o Memorial da Resistência, em São Paulo, no dia 18 de fevereiro. A atividade teve por fim proporcionar um espaço de formação e reflexão sobre as diferentes dimensões da repressão política, bem como reforçar a importância da anistia no país, divulgando e auxiliando no fomento de estudos sobre o tema. A atividade foi feita em parceria com o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo.

### **Realização do II Encontro sobre Estratégias de Divulgação e Preservação da Memória**

Crédito: Kelen Meregali



Realizado de 11 a 15 de março, na Pousada dos Pirineus em Pirenópolis, no Estado de Goiás, o II Encontro sobre Estratégias de Divulgação e Preservação da Memória. O objetivo foi o de integrar todos os funcionários, para, por meio de uma ação conjunta criar e implementar o planejamento para executar as ações previstas para o ano de 2009.



## **Criação da sétima turma de julgamento**

Implementada em 2009, a sétima turma de julgamento tem por fim apreciar os requerimentos de anistia de militares. São aproximadamente 1.200 processos de requerentes, com vínculo com as Forças Armadas à época da ditadura militar, que se declaram perseguidos políticos. A turma atua com três conselheiros, semanalmente, as terças-feiras.

## **Requerimentos apreciados**

Em 2009 foram realizadas 171 sessões das 192 agendadas. Dos 21 cancelamentos, alguns foram somente para o público externo, uma vez que houve a realização de sessões administrativas internas. Foram instaladas 145 turmas de julgamento – incluindo as Caravanas – que autuaram 2.698 requerimentos e apreciaram 8.714 processos e 722 recursos. Desse total, 3.296 processos foram de vereadores, sendo 3.184 deferidos e 112 indeferidos.

Desde a instalação da Comissão de Anistia, em 2001, seis ministros da Justiça passaram pelo Ministério e 66.003 requerimentos deram entrada na Comissão.





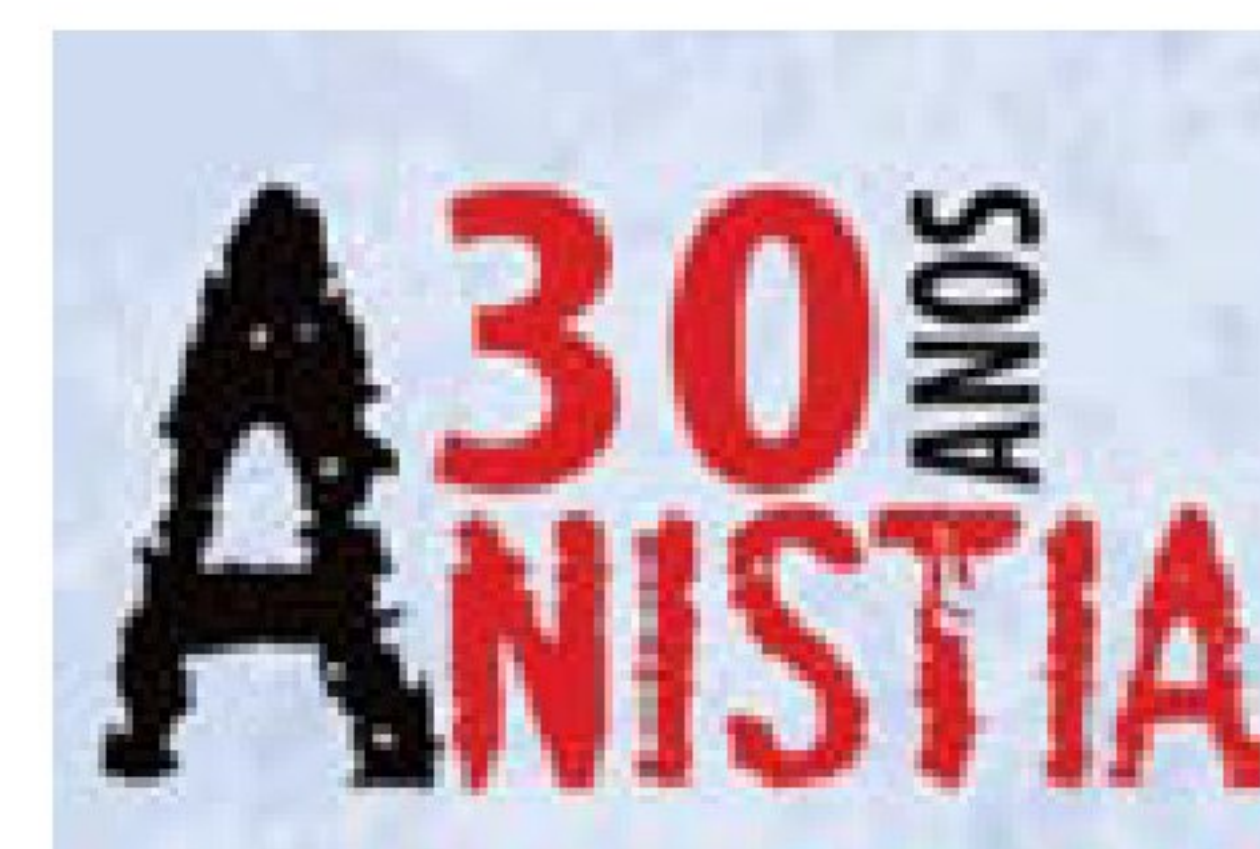
DEVOLVAM O CALABOÇ

Educativas

2



## Ciclo Comemorativo aos 30 anos da Luta pela Anistia no Brasil



Considerando que o ano de 2009 marcou os 30 anos de luta pela anistia no Brasil, as atividades planejadas pelo Núcleo Educativo integraram o que se chamou de *Ciclo Comemorativo aos 30 anos da Luta pela Anistia no Brasil*.

## Breve histórico sobre a luta pela anistia política no Brasil

Em 1º de abril de 1964, o governo do presidente João Goulart foi deposto pelas Forças Armadas, apoiadas por setores sociais conservadores. Rompeu-se o Estado de Direito estabelecido pela Constituição de 1946. Anos de chumbo, supressão de direitos e garantias fundamentais, cassação de mandatos, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, mortes. Estado de exceção como modelo de governo.

A resistência à ditadura reuniu brasileiros com origens e histórias de vida bastante distintas, mas que compartilhavam ideais democráticos e tinham em comum um projeto de nação inviabilizado com a democracia interrompida. De um lado o aparelho repressor da ditadura que garantia a manutenção do poder. De outro os que resistiram à repressão, pela luta armada com as guerrilhas urbanas e rurais, ou com outras formas de resistência à repressão do Estado, como fizeram muitos políticos, servidores públicos, civis e militares, estudantes, operários e camponeses.

Em 1975, nasceu o Movimento Feminino Pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini, com apoio dos sindicatos, associações, movimentos dos trabalhadores, igreja, parlamento e Universidades. OAB, ABI e CNBB encamparam a proposta. No teatro, na música, nos muros e nas faixas, o pedido: **anistia, ampla geral e irrestrita**.

A Anistia veio em 28 de agosto de 1979. Imperfeita, nem ampla, nem geral, nem irrestrita. Mas foi a resistência e a luta pela anistia e pela redemocratização que colocaram fim, em 1985, à Ditadura Militar. Esta Lei deu início ao processo de redemocratização e de implementação da justiça de transição no país, que tem permitido o resgate da verdade, a promoção da justiça e a reparação devida aos atingidos pela repressão.



Para comemorar as vitórias até hoje conquistadas e discutir as diversas pautas abrangidas na luta pela anistia, a Comissão de Anistia promoveu, juntamente com inúmeros parceiros, o *"Ciclo Comemorativo aos 30 anos da Luta pela Anistia no Brasil"*, com as seguintes atividades: Caravanas da Anistia, Ato Comemorativo aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil, Anistias Culturais e Oficinas Temáticas.\*

## Caravanas da Anistia

As Caravanas da Anistia, implementadas em abril de 2008, integram um projeto educativo maior denominado *"Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos"* que tem por objetivo resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em especial a do período relativo à repressão ditatorial, estimulando e difundindo o debate em torno dos temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição.

Trata-se de uma política pública de educação em direitos humanos que consiste na realização de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais. Desta forma, as Caravanas descentralizam as sessões regulares da Comissão de Anistia ocorridas ordinariamente na Capital Federal, percorrendo as localidades do Brasil onde ocorreram perseguições políticas e garantindo uma ampla participação da sociedade civil.

As atividades visam ainda contribuir para uma formação crítica e participativa da sociedade como um todo; incentivar as organizações estudantis e movimentos sociais a realizarem em seus espaços o debate sobre o período de repressão de Estado no Brasil e o papel do instituto da Anistia Política; valorizar e difundir a história das pessoas - públicas e anônimas, perseguidas e torturadas pelo regime militar, valorizando o aspecto coletivo da luta política e o papel dos partidos e organizações clandestinas, bem como contribuir para o acervo e memória da Anistia por meio da documentação e registro das atividades desenvolvidas durante as Caravanas.

Em abril de 2008 a Comissão lançou oficialmente as Caravanas da Anistia, realizando sua primeira atividade na Associação Brasileira de Imprensa na cidade do Rio de Janeiro. Até dezembro de 2009 foram realizadas 33 Caravanas nas cinco regiões do país, percorrendo um total de 17 estados brasileiros<sup>1</sup>. Como resultado destas atividades, foram apreciados publicamente mais de 800 requerimentos de anistia política e alcançado um público presencial imediato estimado em mais de dez mil pessoas.

As Caravanas também têm assumido um caráter criativo e inovador na medida em que difundem e aproximam os trabalhos e temas desenvolvidos pela Comissão de Anistia em espaços como universidades, sindicatos, escolas, palácios de governo estaduais, bibliotecas e até mesmo em praça pública.

\* Texto construído a partir das locuções dos vídeos "institucional da Comissão da Anistia" e "trinta Anos de Anistia", com texto de Pedro Tierra.

<sup>1</sup> São os Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Vale referir que a preparação e realização das Caravanas são feitas com um amplo grupo de parceiros de modo que, até o momento, já se somaram às atividades mais de 90 entidades, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sindicatos, Associações de Anistiandos, Movimentos Sociais, Universidades Públicas e Privadas, Governos de Estado, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e grupos de ex-presos e perseguidos políticos. Para simbolizar essas parcerias foi criada a *Bandeira das Liberdades Democráticas*. A bandeira, confeccionada a partir de retalhos de tecidos doados pelos parceiros, consigna o compromisso de todos com a democracia e o respeito aos direitos humanos.

Durante os eventos, buscando sensibilizar o público para o tema da Anistia política e contextualizar melhor a importância histórica e política das sessões de julgamento, desenvolvem-se atividades temáticas e culturais como cine-debates, apresentações de peças teatrais, mesas temáticas, exposições fotográficas e lançamentos de livros sobre o tema.

Ao longo das Caravanas adotou-se também a realização de atos de homenagens a personalidades reconhecidas pela comunidade por sua luta e resistência em favor da democracia. Tais homenagens são feitas por meio de Sessões de Memória (vídeos de curta duração) e também pela entrega das Portarias de Anistia Política.

## Caravanas 2009:

Ao longo do ano de 2009, com vistas a potencializar as comemorações dos 30 anos de Luta pela Anistia no Brasil, foram realizadas em 11 Estados da Federação Brasileira 15 Caravanas da Anistia. Durante este período, somaram-se às atividades 56 parceiros e apreciou-se um total de 613 processos, contando com a presença de um público de 6.000 pessoas.

### 18ª Caravana da Anistia, Belém do Pará – PA

**Data:** 30 de janeiro de 2009

**Parceiros:** Casa da América Latina; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará

Realizada durante o Fórum Social Mundial, na Universidade Federal do Estado do Pará, foram apreciados nove requerimentos de anistia política de ex-perseguidos



Crédito: Isaac Amorim

políticos da região. Em parceria com a Casa da América Latina, a Comissão também realizou duas oficinas temáticas: *"Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento"* e *"Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina"*.

Além das atividades da Comissão de Anistia, o presidente Paulo Abrão participou de oficina realizada



na Universidade Federal do Pará pelo CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional), pelo Conselho Econômico e Social da ONU e a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. A oficina *"Judicialização dos processos de responsabilização dos crimes de tortura durante a ditadura"* contou com a presença de José Henrique Rodrigues Torres, secretário do Conselho Executivo da Associação dos Juizes para a Democracia, Helena Rocha, advogada, e Beatriz Affonso, representante do CEJIL.

### 19ª Caravana da Anistia, Florianópolis – SC

Data: 20 de março de 2009

Parceiro: Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC)

Foram apreciados 26 requerimentos de anistia política de catarinenses perseguidos. A atividade foi acompanhada de exposição fotográfica, exibição de filmes e debates sobre temas relacionados ao regime ditatorial. Após as sessões de julgamento, houve apresentação da peça teatral *"Henfil já!"*, do grupo curitibano *Cambutadefedapada!*. O espetáculo foi inspirado na obra do cartunista e escritor Henfil e encenado no teatro do Governo do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Arquivo CA/MJ

### 20ª Caravana da Anistia, Recife – PE

Data: 01 de abril de 2009

Parceiros: Governo do Estado de Pernambuco; Prefeitura do Recife



Fonte: Arquivo CA/MJ

Essa Caravana aconteceu na data dos 45 anos do Golpe Militar de 1964 e da deposição do governador eleito Miguel Arraes. A solenidade de abertura foi no Palácio das Princesas, com homenagens ao ex-governador Miguel Arraes e a Dom Hélder Câmara (em memória), na presença do Governador Eduardo Campos. Na mesma ocasião, realizou-se Ato de Doação de componentes do Acervo do Instituto de Criminalística

do Governo do Estado de Pernambuco, relativos ao período de repressão, à Comissão de Anistia. A sessão de julgamento ocorreu nas dependências do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a apreciação de 20 processos de anistia de pernambucanos ex-presos e perseguidos políticos.

### 21ª Caravana da Anistia, Recife – PE

Data: 02 de abril de 2009

Parceiros: Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura de Recife e Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco



Fonte: Arquivo CA/MJ

A Solenidade de Abertura realizou-se na Câmara Municipal, com a apresentação da *Banda Filarmônica Assumpredo*, do Centro de Estudos de Educação Popular do município de Paudalho. Foram prestadas homenagens e realizada sessão de memória a Francisco Julião e às Ligas Camponesas. A sessão de julgamento apreciou 34 processos de pernambucanos, dentre eles professores e estudantes atingidos pelo Decreto 477/69.

### 22ª Caravana da Anistia, Uberlândia – MG

Data: 13, 14 e 15 de maio de 2009

Parceiro: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



Fonte: Arquivo CA/MJ

Realizada em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, compreendeu um amplo Seminário incluindo, além das sessões de julgamentos, palestras, sessão de autógrafos e vídeo-debates. Durante a solenidade de abertura foram homenageados Dom Estevão Avellar - bispo atuante na região do Araguaia durante a Guerrilha - e os ex-presos e perseguidos políticos do Triângulo Mineiro, destacando a resistência ocorrida no interior do Brasil. Foram apreciados 34 processos de Anistia Política e realizado debate sobre o tema *"democracia e anistia política"* com os alunos da 8ª série da Escola Estadual Tancredo Neves.

### 23ª Caravana da Anistia, Aracaju – SE

Data: 18 de maio de 2009

Parceiro: Ordem dos Advogados do Brasil – SE



Fonte: Arquivo CA/MJ

Aconteceu na sede da OAB/SE, com a apresentação do Grupo Musical *"Cataluzes"*. Foram homenageados Antônio Fernandes Viana de Assis e Milton Coelho Carvalho, ex-perseguidos políticos do Estado de Sergipe. Na sessão de julgamento foram apreciados 30 processos de sergipanos perseguidos durante o regime militar.

### 24ª Caravana da Anistia, São Domingos do Araguaia – PA

Data: 18 e 19 de junho de 2009

Parceiros: Governo do Estado do Pará, Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia; Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia, Paróquia de São



Crédito: Isaac Amorim



### **Domingos do Araguaia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Atingidos por Barragens.**

Na praça pública da cidade de São Domingos do Araguaia foi realizado o 1º Ato Público de pedido de desculpas coletivo por parte do Estado brasileiro a 44 camponeses perseguidos durante a Guerrilha do Araguaia. A abertura do evento contou com apresentação cultural, preparada pelos movimentos sociais parceiros da atividade. Na ocasião também foi exibido um vídeo de homenagem e memória aos moradores da região. A Comissão de Anistia também realizou sessões de oitivas, onde foram tomados 90 depoimentos de camponeses com requerimentos protocolados na Comissão.

### **25ª Caravana da Anistia, João Pessoa - PB**

**Data: 09 de julho de 2009**

**Parceiros: Ordem dos Advogados do Brasil/PB, Governo do Estado da Paraíba, Escola Superior de Advocacia, Tribunal de Justiça, Associação de Magistrados, Prefeitura Municipal, Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário de João Pessoa, Faculdades ASPER, Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba e Instituto Felipe Kumamoto.**

Fonte: Arquivo CAMJ



Na sede da Ordem dos Advogados do Brasil/PB, a atividade abriu com a apresentação musical do poeta e repentista paraibano Oliveira de Pannels, regionalmente conhecido como *"Pavarotti dos Sertões"*. Durante a cerimônia o presidente Paulo Abrão entregou a Portaria de anistia política ao governador José Targino

Maranhão. Ele teve seu mandato de deputado estadual cassado em 1969. Foram apreciados 68 processos de paraibanos perseguidos políticos. Nas dependências da Universidade Federal da Paraíba foi realizada uma mesa de debates sobre o tema "Anistia Política e Democracia".

### **26ª Caravana da Anistia, Belo Horizonte - MG**

**Data: 13 de agosto de 2009**

**Parceiro: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Crédito: Isaac Amorim



Na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, durante a solenidade de abertura, foi feita uma homenagem aos ex-presos e perseguidos políticos do Estado de Minas Gerais. A sessão de julgamento

apreciou 11 processos de ex-perseguidos políticos, dentre eles os que participaram da Greve de Fome de 1979.

### **27ª Caravana da Anistia, São Paulo - SP**

**Data: 11 de setembro de 2009**

Fonte: Arquivo Memorial da Resistência/SP



**Parceiros: Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, Memorial da Resistência e Pinacoteca do Estado de São Paulo**

O evento aconteceu na Pinacoteca de São Paulo, local que também abriga o Memorial da Resistência. Nessa Caravana, a qual apreciou 14 requerimentos de paulistas perseguidos políticos, também foi realizada uma homenagem ao ex-presidente chileno Salvador Allende.

### **28ª Caravana da Anistia, Fortaleza - Ceará**

**Data: 05 de outubro de 2009**

**Parceiros: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou e Associação 64/68**

Crédito: Kelen Meregali



Realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Caravana foi aberta com uma homenagem e sessão de memória aos ex-perseguidos políticos cearenses, em especial a dois militantes, símbolos da resistência no país: o dominicano Frei Tito e o estudante Bergson Gurjão. A sessão de julgamento apreciou ao todo 73 processos de Anistia Política de cearenses perseguidos.

### **29ª Caravana da Anistia, São Paulo - SP**

**Data: 06 de novembro de 2009**

**Parceiro: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**

Crédito: Isaac Amorim



Aconteceu durante o Congresso Nacional do PCdoB. Foram apreciados 11 requerimentos, dentre eles os de militantes do PCdoB perseguidos pelo regime, a exemplo de guerrilheiros do Araguaia mortos e desaparecidos pela repressão. Além da apreciação dos processos, houve homenagem *post mortem* a João Amazonas, presidente de honra do PCdoB e destacado militante no combate ao regime ditatorial.



### 30ª Caravana da Anistia, Volta Redonda - RJ

Data: 19 de novembro de 2009

**Parceiros:** Câmara Municipal de Volta Redonda, Ordem dos Advogados do Brasil/Volta Redonda, Prefeitura Municipal, Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Mobiliário Montagem e Pesada, Associação Nacional de Anistiados Políticos, Associação de Mulheres Beth Lobo e Movimento Juventude Operária Católica.



Fonte: Arquivo CAMJ

No Plenário da Câmara e no Auditório Nélito Medina da OAB de Volta Redonda realizou-se a apreciação de 52 processos de perseguidos políticos da região. A maioria dos casos abrangeu ex-militantes da Juventude Operária Católica e ex-trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) demitidos em função da greve de 1988, quando três operários da fábrica morreram após confronto com a Polícia Militar

e o Exército. Na solenidade de abertura, na Câmara Municipal, foram homenageados Dom Waldir Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda, que teve papel destacado na luta contra o regime militar, e Dom Adriano Hipólito (*post mortem*), ex-bispo de Nova Iguaçu, perseguido pelos militares em função do trabalho social que exerceu nas décadas de 1960 e 1970.

### 31ª Caravana da Anistia, Brasília - DF

Data: 26 de novembro de 2009

**Parceiros:** Instituto Paulo Freire, Secretaria de Educação Cidadã/Talher Nacional, Comissões de Educação da Câmara e do Senado, UNESCO, Associação dos Juízes para a Democracia, Instituto Catarinense de Aprendizagem e Educação Infantil, Movimento dos Sem-Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Associação Brasileira do Ensino do Direito.



Crédito: Isaac Amorim

Durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, organizado pelo Ministério da Educação, realizou-se a apreciação do requerimento de anistia política, *post mortem*, do educador popular Paulo Freire. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mensagem, falou sobre o significado do evento: *"Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da*

*Pátria educadores que queriam libertar o país do analfabetismo"*. Assistiram à sessão de julgamento mais de 3.000 educadores brasileiros e estrangeiros. O evento foi transmitido pela Internet para mais de 40 países.

### 32ª Caravana da Anistia, Pelotas - RS

Data: 04 de dezembro de 2009

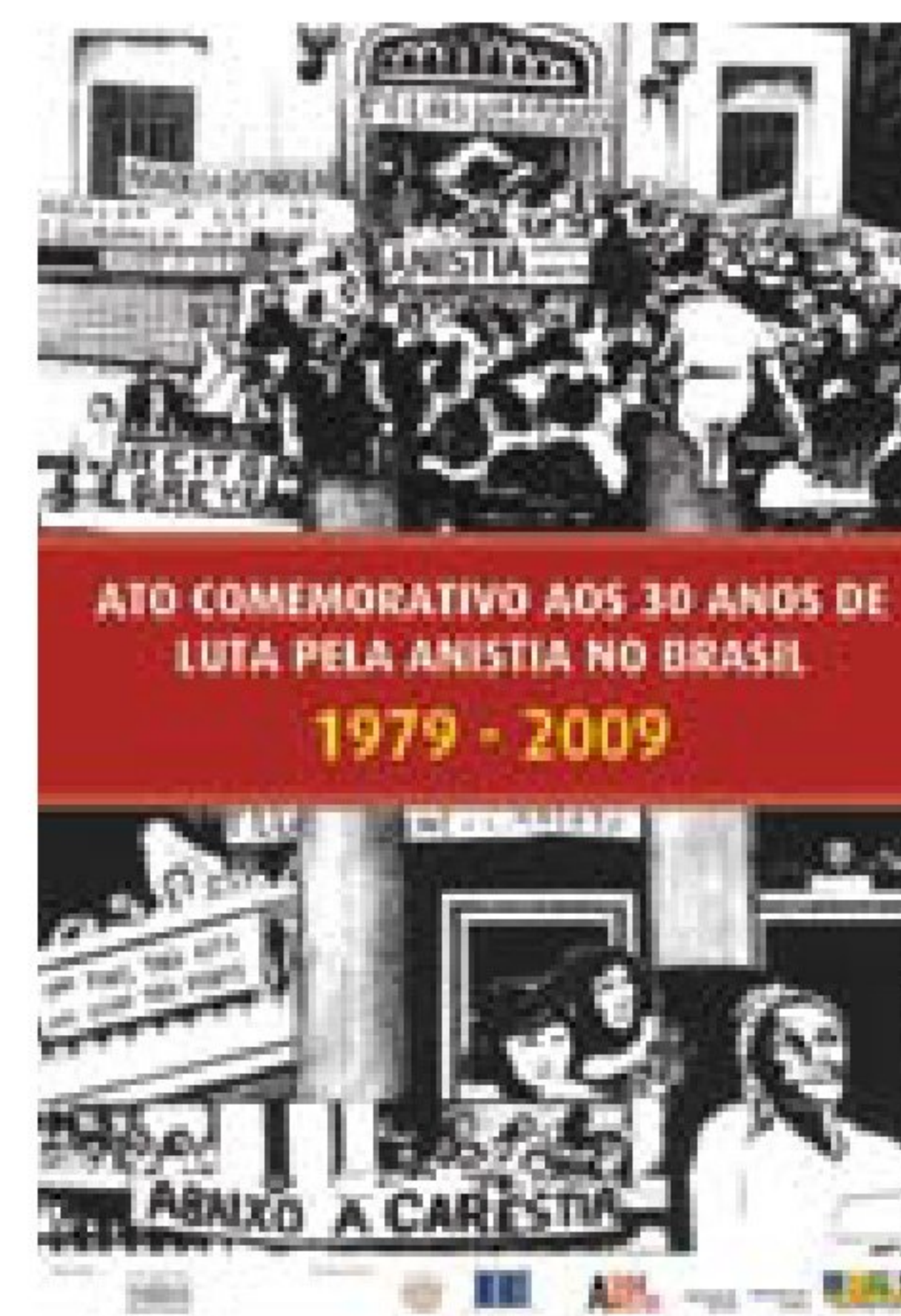
**Parceiros:** Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas, Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Pelotas, Ordem dos Advogados do Brasil/Pelotas, União Nacional dos Estudantes, União da Juventude Socialista, Diretório Central dos Estudantes da UFPEL, Projeto Tribunus da Cidadania e Movimento de Justiça e Direitos Humanos.



Crédito: Isaac Amorim

O ato de abertura, na Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas, contou com homenagem a gaúchos perseguidos políticos. As sessões de julgamentos foram realizadas em cinco turmas simultâneas, nas quais foram apreciados um total de 142 processos.

### Ato comemorativo aos 30 anos da luta da anistia no Brasil



Em 22 de agosto de 2009, em parceria com o Arquivo Nacional da Casa Civil, no pátio de sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, a Comissão de Anistia realizou o Ato Público Comemorativo aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil. A atividade celebrou a intensa mobilização popular que marcou o ano de 1979, em favor da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. O protesto mobilizou diversos segmentos da sociedade e provocou uma série de manifestações populares no país. A campanha se tornou um dos símbolos do processo de redemocratização.

O evento, que contou com a presença de mais de 500 pessoas, promoveu o reencontro de 37 ex-presos políticos que se submeteram, em 1979, à Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos, que teve por objetivo reforçar a luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita.

Com grande repercussão na mídia nacional e internacional, a greve de fome duraria 32 dias e só foi encerrada com a aprovação da Lei. Eles foram homenageados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, recebendo em mãos a portaria de declaração de anistia política.

O Ato público abrangeu ainda diferentes atividades: exposição fotográfica, exibição de vídeos, lançamento de livros e lançamento do selo comemorativo.



Crédito: Isaac Amorim



Exposição Fotográfica

Na ocasião, a Comissão de Anistia lançou sua primeira exposição fotográfica sob o tema *“30 anos de luta pela anistia no Brasil - 1979-2009: greve de fome”*. A inauguração aconteceu no dia do Ato Público, após a sessão de homenagens aos ex-presos políticos.



Vídeos

Entre as homenagens aos ex-presos políticos foram exibidos dois documentários de curta-metragem intitulados *“Valeu a Pena”* e *“Apesar de Você”*.

“Valeu a Pena”

Foi produzido, por iniciativa de ex-presos políticos, especialmente para exibição no evento comemorativo aos 30 anos da anistia. O vídeo de 15 minutos traz depoimentos de vários ex-presos políticos que participaram da greve de fome, bem como imagens inéditas em filme (16 mm) obtidas no ano de 1979 no presídio Frei Caneca.

“Apesar de Você”

Sessão de Memória produzida pela Comissão de Anistia para homenagear os presos políticos. Apresenta fotos da época, matérias de jornais e desenhos produzidos pelos presos e por seus filhos, ao som da música de Chico Buarque de Holanda, *“Apesar de você”*.

“Anistia Ontem e Hoje”

Vídeo produzido pela Comissão de Anistia que traça um panorama histórico da anistia do Brasil e apresenta um balanço das Caravanas da Anistia realizadas.

Lançamento de Livros

O ato de lançamento teve o objetivo de apoiar as iniciativas bibliográficas sobre o tema da anistia e luta pela democracia. Abaixo seguem alguns dos livros divulgados na ocasião:

| Autor                                    | Livro                                                               |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Urariano Mota                            | “Soledad no Recife”                                                 |
| Antonio Pinheiro Salles                  | “Confesso que Peguei em Armas”                                      |
|                                          | “A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história. Goiânia” |
| Carlos Tiburcio e Nilmário Miranda       | “ Dos Filhos deste Solo”                                            |
| Gilney Viana e Perly Cipriano            | “Fome de Liberdade – Relato dos presos políticos”                   |
| Pery Cotta                               | “Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo”                 |
| Betinho Duarte                           | “Rua Viva: o desenho da utopia”                                     |
| Francisco Assis Papito Oliveira (org.)   | “Vozes Silenciadas”                                                 |
| Pedro Tierra (Hamilton Pereira da Silva) | “Poemas do Povo da Noite”                                           |
| Pedro Celso Uchôa Cavalcanti             | “Memórias do Exílio”                                                |
| Reinaldo Guarany Simões;                 | “Os Fornos quentes”                                                 |
| Osvaldo Rocha                            | “A Rosa Negra”                                                      |
| Leopoldo Paulinho                        | “Tempo de resistencia”                                              |
| Silvio Mota                              | “Rebeldes”                                                          |
| Cezar Vieira (Idibal Pivetta)            | “Em busca do teatro popular”                                        |
| Francisco de Assis Rocha Filho           | “A Trilha do Labirinto”                                             |

Selo Comemorativo

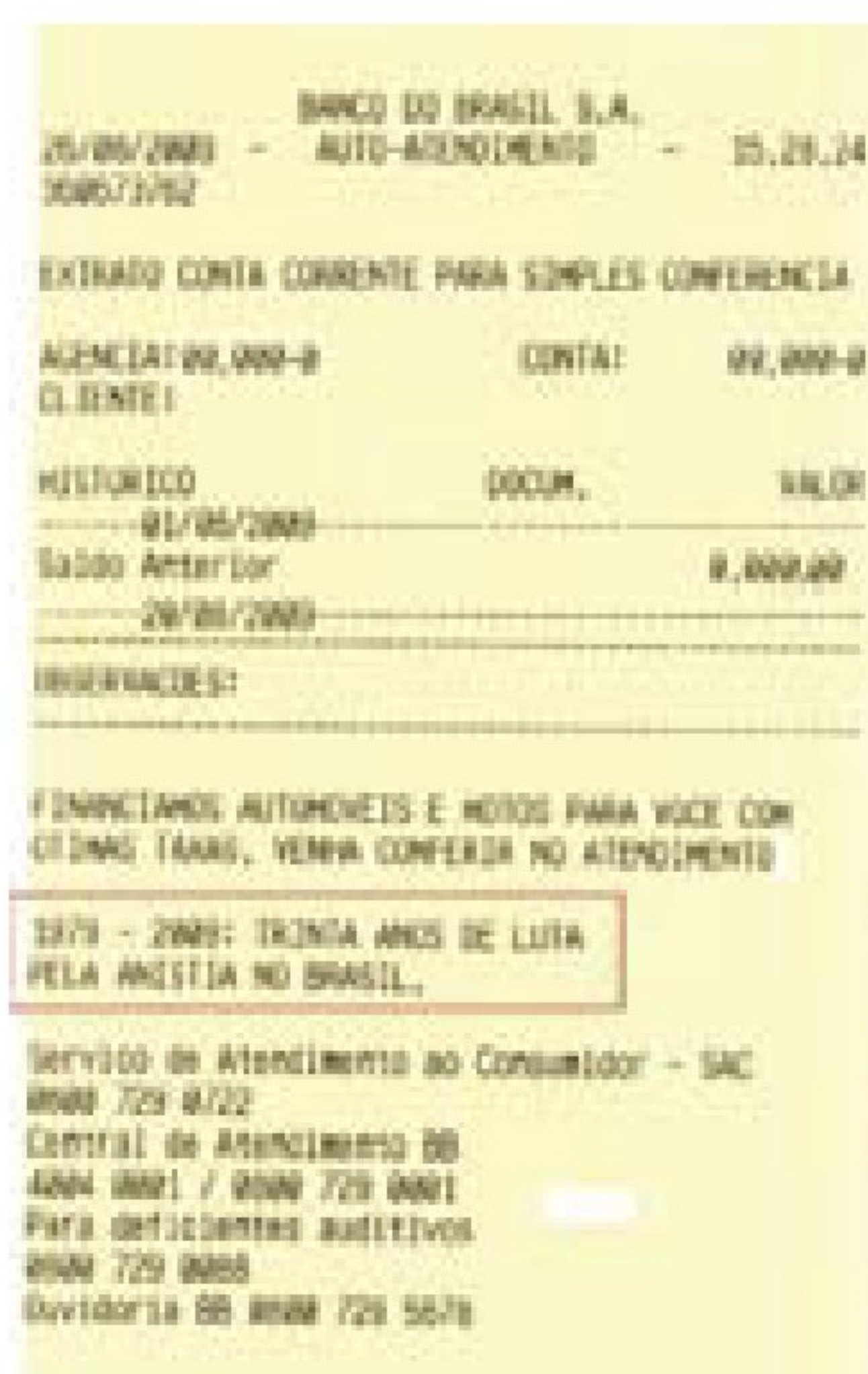
Numa parceria com o Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a Comissão de Anistia lançou o selo comemorativo aos 30 anos da luta pela anistia no Brasil, o qual foi utilizado em todas as correspondências oficiais da Comissão.



A estampa retrata os 30 anos de luta popular pela anistia por meio das cores preta e vermelha. A primeira simboliza as vozes caladas, o silêncio, a lembrança dos que se foram e o percurso na clandestinidade. A segunda, os sentimentos de esperança, solidariedade e justiça que impulsionaram homens e mulheres a enfrentar o regime totalitário.



A primeira obliteração (ato de carimbar o selo) ocorreu no dia 22/08/2009, no ato público que marcou os 30 anos de aprovação da Lei de Anistia, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.



## Extratos Bancários

Durante a semana comemorativa aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil divulgou-se a política pública de memória e resgate da história da luta pela democracia por meio da inclusão da frase *"1979-2009: Trinta anos de luta pela anistia no Brasil"* nos extratos bancários do Banco do Brasil, entre os dias 26 e 28 de agosto de 2009, e da Caixa Econômica Federal, entre 24 e 30 de agosto de 2009.

## Anistias Culturais

### Histórico

O projeto institucional das **Anistias Culturais**, a exemplo das Caravanas da Anistia, surgiu no âmbito do Projeto Educativo *"Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos"*. A realização das Anistias Culturais, diferentemente das Caravanas, está relacionada tanto com datas emblemáticas que marcaram a luta pela redemocratização do país quanto com aquelas que representaram o aprofundamento da repressão ditatorial.

As Anistias Culturais pretendem potencializar o caráter educativo e sensibilizador das atividades, aproximando, tanto dos funcionários quanto do público em geral, os temas desenvolvidos pela Comissão, por meio de abordagens culturais e pedagógicas. Procura-se assim dar visibilidade a fatos históricos que marcaram o país e propiciar o debate sobre assuntos específicos. Estes assuntos são trazidos para discussão por meio de palestras com ex-perseguidos ou estudiosos sobre o tema, sessões de cinema acompanhadas de debate, divulgação de livros e sessões de autógrafos, exposições fotográficas e apresentações musicais.

Em fevereiro de 2008, o projeto das *Anistias Culturais* foi lançado oficialmente, com uma atividade no Salão Negro do Ministério da Justiça, que contou com a apresentação de um Coral da Universidade de Brasília seguido da palestra do

dominicano Frei Betto – preso no período de repressão, sobre a luta da sociedade pela retomada da democracia. Estiveram presentes 250 pessoas entre funcionários e público externo.

De 2008 até outubro de 2009 foram realizadas dez Anistias Culturais sobre os mais variados temas: *"O papel das Mulheres na resistência à ditadura militar"*; *"Dia Mundial de Combate à Tortura"*; *"40 anos do AI-5"*; *"A mídia alternativa durante a repressão militar"*; *"40 anos do Decreto 477/69"*, dentre outros.

Assim como as Caravanas da Anistia, as Anistias Culturais também são realizadas em parceria com diferentes atores e em várias cidades do país. Entre os parceiros destacam-se a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; a Universidade de Brasília, o Fórum de ex-presos e perseguidos políticos de São Paulo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Além do caráter pedagógico e artístico e da presença de convidados para os debates, passou-se a incluir, durante as Anistias Culturais, sessões de julgamento (à semelhança das Caravanas) como forma de enriquecer e sensibilizar o público presente para o tema. Foi o caso das Anistias Culturais realizadas durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher e do Dia Mundial de Combate à Tortura. As anistias culturais também adotaram os atos de homenagens e sessões de memória, a exemplo dos *"40 anos de resistência ao 477"*.

### Em 2009 foram realizadas três Anistias Culturais:

#### 8ª Anistia Cultural

Data: 27 de fevereiro de 2009



Parceiros: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro e União Nacional dos Estudantes (UNE)

Tema: Decreto-Lei 477

Os 40 anos do Decreto-Lei 477 foram lembrados dia 27 de fevereiro, durante a 8ª Anistia Cultural, realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro. A referida norma, editada em 26 de fevereiro de 1969, definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

No evento, promovido em parceria com OAB e UNE, realizou-se ato público em homenagem a professores e estudantes atingidos pelo Decreto-Lei



477/69. Estiveram presentes o presidente da OAB-RJ, o secretário Especial de Direitos Humanos, o presidente da Comissão de Anistia e a presidente da UNE, além de reitores de universidades públicas e diretores de universidades privadas. Foram apreciados 21 requerimentos.

### 9ª Anistia Cultural

**Data:** 6 de março de 2009

**Parceiros:** Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci)

**Tema:** Memórias do Feminino

Em comemoração ao Dia da Mulher, a 9ª edição teve como tema *"Memórias do Feminino: vivências, resistência e protagonismo das mulheres nas lutas por democracia"*. Em parceria com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), o evento foi realizado no Palácio da Justiça e oportunizou o debate com mulheres ativistas que trouxeram a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira sob diversos ângulos. Foram palestrantes Jessie Jane, Moema Viezzer e Margarida Genevois, sendo mediadora Leila Almeida, coordenadora do Projeto Mulheres da Paz, do Pronasci. A atividade iniciou-se com a interpretação musical da cantora Flora Mesquita. Na ocasião, foram apreciados 17 requerimentos de anistia, relembrando a história de mulheres em defesa da democracia brasileira.



Crédito: Isaac Amorim

### 10ª Anistia Cultural

**Data:** 16 de novembro de 2009

**Tema:** Literatura e Memória

Com o tema Literatura e Memória foi realizada no dia 16 de novembro de 2009, no Salão Negro do Ministério da Justiça, a 10ª Anistia Cultural. Após a abertura do evento pelo presidente da Comissão de Anistia, os ex-presos Maurice Politi, Alípio Freire e Pedro Tierra falaram sobre suas experiências como perseguidos políticos e o papel que a escrita teve em suas vidas durante a prisão. Todos escreveram suas memórias enquanto estavam encarcerados. Hoje, seus livros e memórias estão publicados sob forma de romance, poemas e documentários. Além da mesa de diálogo os autores fizeram uma sessão de autógrafos de suas obras. Na



Crédito: Isaac Amorim

mesma oportunidade foi lançado o Jornal Constituição e Justiça da UnB, bem como inaugurada a exposição fotográfica *"30 anos de luta pela anistia no Brasil - 1979-2009: greve de fome"*.

### Anistia Cultural Especial: "30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil"

A Anistia Cultural "30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil" foi uma promoção da Secretaria Executiva da Comissão de Anistia, realizada em conjunto com o Núcleo de Projetos Educativos da Comissão, no dia 25 de agosto de 2009, no Salão Negro do Ministério da Justiça, que buscou valorizar o empenho da equipe em efetivar os mecanismos da justiça de transição no Brasil no processo de consolidação da democracia brasileira. Considerando que esta atividade buscou ampliar o acesso aos funcionários



Crédito: Isaac Amorim

à programação que havia sido realizada por ocasião do Ato Comemorativo aos 30 Anos da Luta pela Anistia, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, várias atividades realizadas nesta Anistia Cultural foram replicadas do Ato Comemorativo.

Desta forma, foram exibidos os vídeos "Valeu a Pena", "Apesar de Você", "Anistia Ontem e Hoje", o novo vídeo institucional da Comissão de Anistia, produzido pela X Brasil, bem como foram apresentados o Selo Comemorativo e a Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Em seguida ao vídeo houve palestra proferida por Perly Cipriano e Gilney Viana. Ambos haviam sido presos no Presídio Frei Caneca e participaram da organização da Greve de Fome de 1979 em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita que duraria 32 dias e somente acabaria com a promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979.

### Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas constituem-se em atividades educativas que privilegiam o processo de aprendizagem crítica e participativa. No âmbito do Projeto Educativo, esta ferramenta tem tido o intuito de sensibilizar os diferentes atores sociais (professores, estudantes, educadores populares, pesquisadores, historiadores) para os assuntos relativos à anistia política e à justiça de transição, propiciando o diálogo e a troca de experiências com vistas a possibilitar uma leitura crítica da realidade a partir do contexto histórico e atual.



Crédito: Neire do Carmo



No ano de 2009 a Comissão de Anistia desenvolveu juntamente com diversos parceiros as seguintes oficinas temáticas:

- *"Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento"* e *"Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina"*, ambas executadas durante o Fórum Social Mundial/2009;
- *"O resgate da memória política nas aulas de direito como estratégia para a formação cidadã e o fortalecimento da democracia: a justiça de transição e a discussão da lei de anistia no Brasil"*, durante o Encontro Preparatório da Associação Brasileira do Ensino de Direito;
- *"O período da ditadura militar e anistia política no Brasil"*, realizada com alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Tancredo Neves, no município de Uberlândia/MG, durante a Caravana naquela localidade.
- *"Políticas Públicas de Memória: a experiência dos projetos Educativo e Memorial da Anistia Política"*, realizada durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, dia 25 de novembro de 2009.



# Memória

# 3





## Memorial da Anistia Política do Brasil

O Memorial da Anistia Política no Brasil é uma iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, com a Secretaria de Patrimônio da União e com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que visa a instalação de um equipamento público federal de abrangência internacional.

O Memorial possuirá um perfil de atuação de caráter múltiplo, pois reunirá funções de museu, de centro de pesquisa e documentação gerido pelo Ministério da Justiça por meio do conselho da Comissão de Anistia, espaços administrativos, de espaços para exposições e sala para eventos culturais e sociais.

### Histórico e concepção do Memorial



A Comissão de Anistia possui, desde sua criação, mecanismos processuais para oferecer reparação econômica a todos aqueles que tenham sofrido perseguições políticas no país entre os anos de 1946 e 1988. Com o avançar dos anos, percebeu-se a necessidade de ampliar este escopo para contemplar outras dimensões reparatórias que vinham sendo negadas no processo,

como a reparação moral - que não necessariamente se coaduna com a econômica - e a divulgação da verdade e promoção da memória. Isto tudo porque, ao longo dos anos de trabalho, milhares de histórias e fatos tornaram-se de conhecimento público por meio dos trabalhos de reparação econômica, dada a necessidade de comprovação das perseguições políticas, bem como avolumaram-se nos arquivos do Ministério da Justiça milhares de documentos que retratam não apenas as perseguições individualmente impingidas a cada um dos perseguidos, mas também a história do Brasil.

Considerando-se que a função de promoção da Justiça cabe a um poder específico do Estado, qual seja o Judiciário, e que as medidas de reforma das instituições vem sendo promovidas amplamente tanto pela União, quanto pelos estados e municípios,



desde o advento da nova Constituição - que por si só já é uma reforma da arquitetura institucional da Nação -, verificou-se não haver óbice e sim, justamente pelo oposto, existir toda a sorte de vantagens em estabelecer, partindo do trabalho ordinário e acumulado da Comissão de Anistia, uma ampla política de memória.

Para que tal política fosse possível, ainda no ano de 2007, foram iniciados estudos sobre a agregação de dimensões educativas e de memória aos trabalhos da Comissão de Anistia, que culminaram com a publicação da Portaria GM n.º 858/2008, que ampliou o espectro de atuação do órgão.

Desde tal momento, a Comissão passou a realizar seus julgamentos em grandes atividades públicas, nas chamadas “Caravanas da Anistia”, de modo a resgatar a história e a dignidade dos perseguidos políticos nos locais onde a mesma fora ferida, deslocando parte do processo de reparação econômica da Capital Federal para todo o país, implementando a dimensão moral da reparação política, tanto em nível individual, quanto em nível social.

Ainda, passou a construir junto a sociedade brasileira os subsídios para construir um grande espaço público de memória, em conformidade com iniciativas similares levadas à cabo em países como a Alemanha pós-nazista, a África do Sul pós-apartheid, os Estados Unidos após o fim das restrições sociais baseadas em raça, e mesmo diversos países da América Latina, como Chile e Argentina, após a experiência de viverem regimes autoritários similares ao brasileiro.

O objetivo de tal ação seria, num contexto definido na seara teórica como de *memorialização*, agregar uma nova dimensionalidade qualificada ao processo transicional brasileiro, garantindo a materialização de um amplo espaço público de reparação coletiva que pedisse desculpas pelos erros do arbítrio autoritário praticado pelo Estado, a um só tempo, para os perseguidos políticos enquanto grupo e para a sociedade enquanto coletividade cujos projetos de desenvolvimento democrático e social foram interrompidos.

Ainda, o “Memorial da Anistia” passou a ser pensado enquanto um centro de pesquisa e documentação, que permita o acesso a todo o público interessado a integralidade dos acervos da Comissão, através de instrumentos mediatos, ampliando a capacidade pública de criação de novos conhecimentos partindo de um acervo que, até este momento, segue sem praticamente nenhuma exploração didático-acadêmica.

Desta forma, a política pública que origina o Memorial não tem por objetivo constituir um museu sobre a história do Brasil, embora evidentemente esta dimensão estará nele contemplada. Muito menos constituir um espaço unilateral para difundir uma determinada idéia político-cultural. Justo o oposto: pretende-se devolver à sociedade brasileira a pluralidade de idéias que a repressão interrompeu e extirpou arbitrariamente do espaço público, como forma de promoção de uma ampla política de reparação.

Esta política de reparação moral e cultural, assim como a de reparação econômica, é uma tarefa de Estado, transpassando qualquer matiz ideológica e partidário e tendo uma origem histórica que não remonta ao início do próprio projeto Memorial, mas sim ao início de nosso recente período democrático.

O memorial tem a previsão de ser inaugurado no início de 2012.

## Parcerias para realizar o Memorial da Anistia



Crédito: Isaac Amorim

Para implantar o Memorial estabeleceu-se uma parceria com a Secretaria de Patrimônio da União<sup>2</sup> que cedeu a utilização do imóvel; com a UFMG por meio deste Termo de Cooperação<sup>3</sup> que implementará toda as ações de reforma do imóvel, a produção completa e instalação de uma exposição de longa duração e a construção da praça, do bosque e do novo prédio administrativo com recursos que lhe serão transferidos; e com a Prefeitura de Belo Horizonte<sup>4</sup> para as questões de regularização

urbana, dos licenciamentos, a cessão de uso do terreno vizinho para integrar o projeto, dentre outras parcerias futuras.

## Audiência Pública de apresentação do Memorial da Anistia em Belo Horizonte



Crédito: Kelen Meregali

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Belo Horizonte, realizou no dia 04 de julho de 2009, na capital mineira, uma Audiência Pública para apresentar o projeto de implementação do Memorial de Anistia Política. O encontro, aberto à comunidade, ocorreu no auditório

da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

<sup>2</sup> A Secretaria de Patrimônio da União afetou ao Ministério da Justiça o imóvel da União situado na rua Carangola, nº 300, bairro Santo Antônio, no município de Belo Horizonte/MG. Formalizou o a entrega no dia 28 de Abril de 2009 no Termo de Entrega do Imóvel livro nº 10-B, folha nº 170 GRPU-MG, com destinação exclusiva para o uso do Memorial da Anistia Política do Brasil.

<sup>3</sup> A parceria entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais foi oficializada por meio do Termo de Cooperação nº 01/2009 firmado em solenidade pública no dia 16 de Junho de 2009 no auditório Tancredo Neves no Palácio da Justiça.

<sup>4</sup> A parceria entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi oficializada por meio de Protocolo de Intenções firmada no mesmo evento. No referido documento o Ministério da Justiça comprometeu-se a implantar o Memorial da Anistia na cidade de Belo Horizonte e a construir uma praça pública integrada ao Memorial entre a esquina da rua Carangola e a rua Primavera e a Prefeitura, por sua vez, dispensou o Ministério da Justiça do pagamento de taxa e emolumentos municipais referentes ao licenciamento das obras e autorizou a utilização de vagas remotas de estacionamento para atender as necessidades do empreendimento e da aprovação dos projetos de edificação.



## Oficina de diálogo e escuta

Realizada no dia 28 de julho de 2009, no Auditório Tancredo Neves no Palácio da Justiça em Brasília, a Oficina de Diálogo e Escuta apresentou a proposta de museografia do Memorial da Anistia, - iniciativa do Ministério da Justiça por meio da Comissão de Anistia, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e com a Prefeitura de Belo Horizonte. A Oficina de Diálogo e Escuta, como parte do processo de democratização da sociedade, buscou levar à consulta pública temas de relevante interesse da comunidade com vistas a legitimidade política e social do projeto.



Crédito: Kelen Meregali

## Grupo de Trabalho do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia Política no Brasil”

O Memorial da Anistia Política no Brasil, em parceria com especialistas da área de História das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Pernambuco (UFPE), desenvolveu o projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia Política no Brasil”. Esse projeto visa construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, com critérios teóricos e metodológicos próprios da História Oral para o registro e organização, de histórias de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aqueles contemplados pela Lei n.º 10.559/02. Ao final, os acervos de fontes orais e audiovisuais organizados serão disponibilizados para consulta pública e pesquisa, no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política no Brasil, bem como nas Universidades parceiras. O Projeto é financiado com recursos aprovados junto ao Fundo Nacional de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e recursos próprios da Comissão de Anistia.



# Atividades e Cooperação Internacional

4



### **Acordo de Cooperação Técnica**

O acordo de Cooperação Internacional da Comissão de Anistia com o PNUD, para o período de 2008/2010, foi firmado para ampliar e difundir medidas de Justiça Transicional, hoje em desenvolvimento no Brasil. O principal objetivo é o de promover a integração Sul-Sul e o fortalecimento de políticas de Direitos Humanos do Brasil, especialmente no âmbito da Organização do Estados Americanos e Mercosul.

### **Seminário junto à Universidade de Coimbra**

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil promoveram, nos dias 20 e 21 de abril de 2009, o Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Política, realizado no Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, Portugal.

O Seminário objetivou estabelecer uma interlocução aprofundada entre as iniciativas de preservação da memória política dos dois países, ambos com um passado recente de longos governos repressivos. Foram feitas apresentações sobre as principais políticas públicas e as práticas sociais voltadas ao esclarecimento histórico e à formulação de processos pedagógicos que permitam à sociedade transformar a experiência de restrição das liberdades públicas e submissão à força em um processo reflexivo e pedagógico sobre a importância da manutenção e do fortalecimento da democracia.

O Seminário reuniu estudantes, pesquisadores e interessados no tema, contou com a presença do ministro da Justiça brasileiro, Tarso Genro, e do Diretor do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Documentação 25 de Abril, professor Boaventura de Sousa Santos.

Em 2010, os resultados do Seminário serão publicados na forma de um livro pela Comissão de Anistia.

### **Curso Essencial de Justiça de Transição**

Aconteceu entre os dias 29 de outubro a 1º de novembro, no Rio de Janeiro, o Curso Essencial de Justiça de Transição reunindo representantes de 13 países. O evento - aberto pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, no Hotel Windsor Miramar, em Copacabana - foi promovido em parceria com o Ministério da Justiça, o Centro



Fonte: Arquivo CA/MJ



Internacional de Justiça de Transição, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

A experiência do Brasil foi apresentada no dia 30. O ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial

dos Direitos Humanos; o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, e o procurador regional da República Marlon Alberto Weichert falaram sobre os avanços e os entraves da transição no país. Ao longo do curso, foram apresentados estudos de casos do Cone Sul, Colômbia, Peru e África do Sul, além do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador. As estratégias utilizadas para garantir o processamento de crimes cometidos por agentes de Estado foram discutidas por membros do Ministério Público da Argentina, do Peru e do Brasil, numa perspectiva comparada.

## Convênios

### Assinaturas de convênios com Ministério da Justiça do Reino da Espanha e com Universidade de Coimbra (Portugal) para o intercâmbio e ampliação do acesso a documentos sobre a repressão política

Fonte: Arquivo CA/MJ



Portugal e Espanha são agora aliados do Brasil na ampliação do acesso à memória do regime militar. O ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou os termos de cooperação internacional com instituições dos dois países. Os acordos permitirão a troca de documentos do período de repressão e o intercâmbio de experiências na documentação e divulgação das informações.

Em Portugal, o termo foi assinado dia 20 de abril, em Coimbra, em conjunto com o Centro de Documentação 25 de abril. Sediado na Universidade de Coimbra, o órgão é responsável pelo acervo que reúne a história do regime autoritário instalado no país em 1926 e superado em 1974, com a Revolução dos Cravos.

Em Madri, o Ministro da Justiça foi convidado do Instituto de Direitos Humanos da Universidade Juan Carlos III para palestra sobre *"A crise global e o Estado de Segurança: por uma nova síntese em torno dos Direitos Humanos"*. No dia 22 de abril, o ministro da Justiça brasileiro e o ministro da Justiça espanhol, Francisco Caamaño Domínguez, assinaram o termo de cooperação Brasil-Espanha sobre Memória Histórica. Na ocasião, o Ministro espanhol elogiou a iniciativa das Caravanas da Anistia, louvando-a como algo sem precedentes no mundo.

### Convênio com Universidade de São Paulo para fomentar o debate público e a pesquisa universitária sobre os temas vinculados à internacionalização do Direito e à Justiça de Transição

Fonte: Arquivo CA/MJ



A Comissão de Anistia em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP), formalizou termo de cooperação que cria o Grupo de Estudos Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST). O Grupo é uma rede acadêmica independente que visa a difundir, fomentar e subsidiar o debate público e a pesquisa universitária sobre os temas vinculados à internacionalização do

Direito e à justiça de transição. A primeira reunião ocorreu no dia 13 de outubro de 2009, com a elaboração e aprovação do Regulamento Interno do IDEJUST. Na ocasião, realizou-se a primeira conferência do grupo, com os professores Marcelo Cattoni, da Universidade Federal de Minas Gerais e Kathia Martin-Chenut do Colège de France. Em outubro, o IDEJUST promoveu debate sobre a palestra *"Does Transitional Justice Work?"*, apresentada pela Professora Leigh Payne, da Universidade de Oxford (Inglaterra).

Acesse: <http://idejust.wordpress.com>

### Visita de Diretor do Centro Internacional de Justiça de Transição à Comissão de Anistia

Crédito: Kelen Meregalli



A Comissão de Anistia recebeu, no mês de maio, a visita de Javier Ciurlizza, do escritório de Bogotá do International Center for Transitional Justice (ICTJ), ONG Internacional sediada em Nova Iorque. Advogado pela Pontifícia Universidade Católica do Peru e mestre em política pela Universidade de Warwick na Inglaterra. Foi secretário executivo da Comissão de Verdade e Reparação do Peru. Trabalhou também como assessor nas Comissões de Verdade e processos judiciais no Paraguai, Quênia, Indonésia e Libéria.

Ciurlizza realizou palestra para a Comissão de Anistia sobre o funcionamento da Justiça de Transição. Houve troca de experiências sobre a organização da Comissão de Anistia e as reparações concedidas, no Brasil, às vítimas da ditadura. Após a visita institucional, o representante do ICTJ viajou para Uberlândia, onde acompanhou a promoção da Caravana da Anistia e pode conhecer o trabalho educativo desenvolvido pelo órgão.



### Professora Leigh Payne participa de eventos do MJ e ANDHEP



Fonte: Arquivo CA/MJ

Como desdobramento da participação da Comissão de Anistia no seminário internacional "Taking Stock of Transitional Justice", realizado pela Universidade de Oxford em junho de 2009, no Reino Unido, a Professora Leigh Payne, do Centro de Estudos para América Latina daquela instituição, veio ao Brasil para participar, a convite da Comissão, das mesas organizadas pelo órgão no Encontro da Associação Nacional dos Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), realizado em setembro na cidade de Belém do Pará, bem como do seminário "Democracias em Mudança na América Latina", promovido pela Secretaria Nacional de Justiça. Nos dois eventos a professora, que viria novamente ao Brasil neste mesmo ano para atividades junto ao IDEJUST, pode explicar sobre a importância dos mecanismos de justiça de transição para a melhoria da democracia. O estudo debatido nas duas atividades foi publicado no segundo volume da Revista Anistia Política e Justiça de Transição.

### San Salvador - El Salvador

#### Instalação de Tribunal Internacional para Justiça Restaurativa em El Salvador



Fonte: Arquivo CA/MJ

Dando continuidade às políticas de integração latino-americana e aos esforços institucionais pelo fim da impunidade no continente, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça participou da instalação do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador, em El Salvador de 25 a 27 de março. Lá foi debatida a responsabilização dos agentes do Estado por violações perpetradas durante o regime de exceção, ocorrido na

década de 1980. O Brasil foi representado pelo presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão e pelo ex-secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Junior.

O objetivo do tribunal foi o de *"impor condenação moral aos responsáveis por graves violações de direitos humanos, crimes de lesa humanidade, crimes de guerra e genocídio"*, auxiliando o processo de tornar públicos os fatos que aconteceram durante períodos de exceção, além de garantir o direito à memória e à verdade.

O tribunal pretende revelar a identidade dos agentes do Estado que agiram fora da legalidade, como já ocorreu na Argentina. Houve participação ativa da sociedade neste processo. O tribunal é uma iniciativa da Coordenadoria Nacional de Comitês de Vítimas de Violações dos Direitos Humanos no Conflito Armado (Conacovic) e do Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centroamericana José Siméon Cañas (Idhuca).

### Realização de Ato de Publicação da decisão do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador, em São Paulo

A Comissão de Anistia, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo, o Fórum dos Ex Presos e Perseguidos Políticos/SP, a Comissão de Justiça e Paz/SP, o Grupo Tortura Nunca Mais/SP, Belisário dos Santos Junior e Paulo Abrão, juízes integrantes do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador, realizou ato de publicação, no Brasil, da decisão do Tribunal, no dia 24 de abril de 2009, na sede do Memorial da Resistência, na capital paulista. Na mesma data, os demais membros do tribunal apresentaram a publicação em Valencia (Espanha) e San Salvador, capital salvadorenha.

### Oxford - Inglaterra

#### Participação no evento "Taking Stock of Transitional Justice"

O Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e o Coordenador de Cooperação Internacional, Marcelo Torelly, participaram, a convite da Universidade de Oxford (Inglaterra) do evento internacional "Taking Stock of Transitional Justice". O evento, que ocorreu em junho de 2009, contou com participantes de 30 países e estabeleceu o marco de uma aproximação entre o Centro de Estudos sobre o Brasil da Universidade e a Comissão. Está prevista para o ano de 2010 a realização de uma atividade conjunta entre o Ministério e a Universidade, com vistas a debater em profundidade o processo transicional brasileiro com eminentes pesquisadores nacionais e estrangeiros.

### Bogotá - Colômbia

#### Apresentação do Memorial

A convite do Centro Internacional para a Justiça de Transição, o Coordenador de Cooperação Internacional da Comissão de Anistia, Marcelo Torelly, apresentou o projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil durante o seminário internacional "Recordar y Reparar en Medio del Conflicto: Experiencias Comparadas y Lecciones Aprendidas", realizado em Bogotá, Colômbia, nos dias 18 e 19 de agosto de 2009. Na mesma oportunidade, a Comissão pode conhecer o projeto do memorial chileno, a ser inaugurado no final do ano.



## **Buenos Aires - Argentina**

### **Seminário sobre comunicação e justiça de transição**

Em evento, organizado pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) e pelo Centro Internacional para Justiça Transicional, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça foi convidada a participar do Seminário “Comunicación y visibilidad del proceso de justicia por las graves violaciones de derechos humanos del pasado”. O seminário ocorreu nos dias 09 e 10 de dezembro de 2009, na cidade de Buenos Aires, na Argentina.





## Publicações

# 5



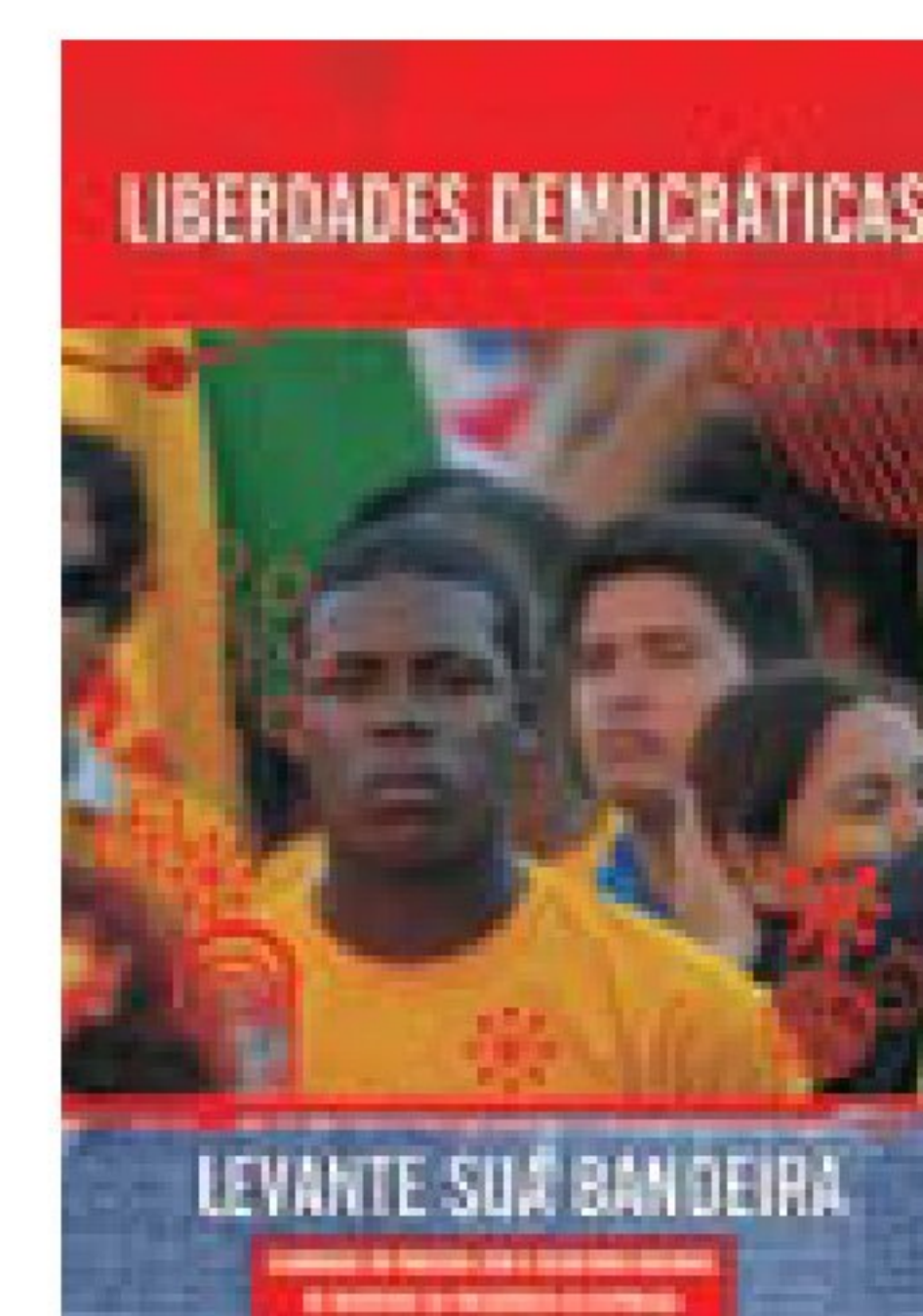
## Revista da Anistia



No dia em que a aprovação da Lei de Anistia completou três décadas, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça lançou a “Revista Anistia Política e Justiça de Transição”. O objetivo da publicação é o de ser um espaço para o debate de todas as políticas públicas relacionadas ao tema, no país e no exterior. O lançamento foi no ato comemorativo aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil, que ocorreu no dia 22 de agosto, no Rio de Janeiro.

Com edições semestrais, a Revista trouxe textos de especialistas sobre questões relacionadas à justiça de transição – conceito aplicado pelo Conselho de Segurança da ONU que reúne quatro práticas para lidar com o legado deixado por regimes de exceção. São elas: a reforma das instituições para a democracia, o direito à memória e à verdade, o direito à reparação e o adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no passado. Os artigos acadêmicos são selecionados por meio de edital público. Além disso, autores com notório saber na área são convidados a contribuir para a sessão “dossiê”. Na primeira edição, com o tema “O que é justiça de transição”, o dossiê conta com textos de Alain Bancaud, do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), Alexandra Barahora de Brito, da Universidade de Oxford, e Paul Van Zyl, da New York University. Esta é a primeira publicação periódica em língua portuguesa dedicada exclusivamente ao tema.

## Caderno Liberdades Democráticas (2ª edição)



Publicado em 2007 em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude para compor as temáticas da Conferência Nacional de Juventude, o Caderno Liberdades Democráticas foi idealizado para levar aos jovens o debate sobre liberdades e direitos democráticos. Foi amplamente divulgado em todo o Brasil, para mais de 2 milhões de estudantes. Em 2009, com a intenção de persistir no trabalho de acesso à informação ao jovem a Comissão de Anistia lançou a 2ª edição. A versão está disponível em [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia) no item publicações.

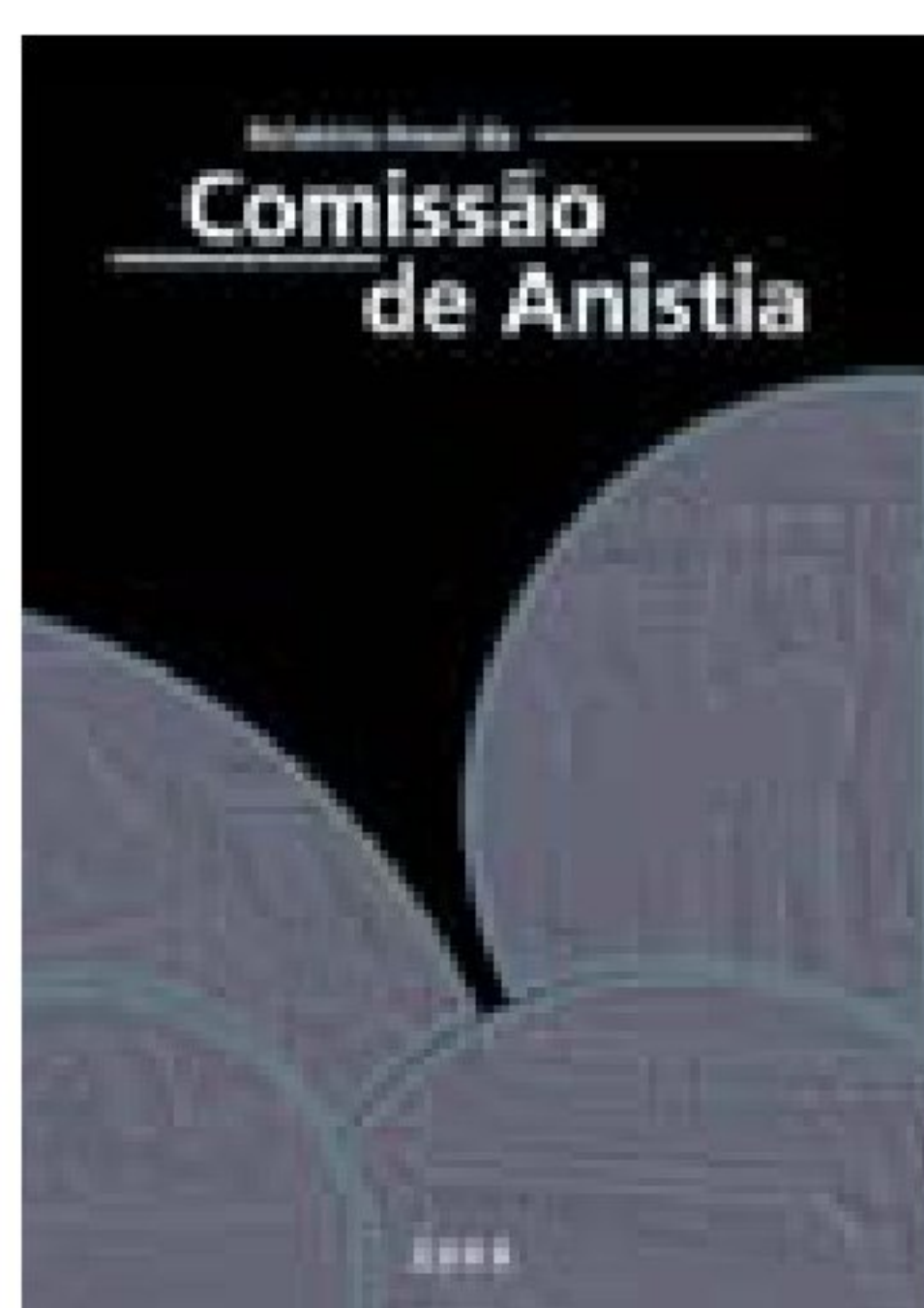




### Calendário comemorativo

Inaugurando as publicações de 2009 a Comissão lançou o Calendário dos 30 Anos da Anistia, para lembrar e celebrar essa vitória da democracia e do povo brasileiro em todos os dias do ano. O calendário deu início a uma série de eventos, publicações, atos

culturais e políticos marcando o Ciclo de Atividades Comemorativo aos 30 Anos da Lei de Anistia.



### Relatório anual 2008

Em 2009 a Comissão divulgou suas ações por meio do Relatório Anual 2008. A publicação, - onde também contam os resultados das sessões de julgamento de 2008 - foi distribuída para todos os parceiros e interessados e faz parte dos objetivos da Comissão de trabalhar com transparência e com ampla divulgação de todas as suas atividades.



### Catálogo Fotográfico "30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome 1979"

Durante as comemorações dos 30 anos da luta da anistia no Brasil foi publicado Catálogo Fotográfico contendo imagens de presos políticos que atuaram na Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, com grande repercussão na mídia nacional e internacional. Mais de 50 presos políticos, detidos em diferentes locais do Brasil,

iniciaram no dia 22 de julho de 1979 uma greve de fome histórica que duraria 32 dias e só seria encerrada com a aprovação da lei. O catálogo, com documentos imagéticos cedidos por Gilney Viana, Paulo Jabur e Perly Cipriano, conta com 25 fotografias.



# Comunicação

# 6



## Reconhecimento público

O ano de 2009 foi marcado por muitos reconhecimentos públicos do trabalho da Comissão de Anistia. Destaques para:

- Concessão da Medalha do Mérito Legislativo pela Câmara dos Deputados, pela contribuição dada pela Comissão de Anistia à democracia e ao Estado de Direito no Brasil
- Homenagem Solene da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará
- Homenagem Solene da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, conferida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça
- Troféu Dom Quixote de Justiça e Cidadania, conferido ao Presidente da Comissão de Anistia
- Medalha “Democracia e Liberdade”, concedida ao Presidente da Comissão de Anistia pela Fundação Ulisses Guimarães

## Impacto na Mídia

O levantamento realizado na mídia (principalmente a imprensa e sites) mostra que no ano de 2009 a Comissão de Anistia teve uma inserção bastante significativa. Entre matérias e notas, nos principais veículos impressos e sites nacionais e regionais, as atividades da Comissão de Anistia aparecem em torno de 870 vezes, a maioria delas com abordagem positiva. Foram divulgadas informações ligadas principalmente aos projetos “Memorial da Anistia Política no Brasil” e “Anistia política: Educação para a Cidadania, Democracia e os Direitos Humanos”.

## Boletim Informativo

É o veículo on-line de divulgação das informações da Comissão, distribuído para um mailling de mais de 60 mil endereços. Em 2009 circularam 14 edições, do número 29 (vinte e nove) ao 41 (quarenta e um), mais uma edição especial com o balanço 2009, para melhorar a imagem e a qualidade do Boletim Informativo da Comissão de Anistia, o layout foi reformulado, tornando o veículo mais interessante e moderno. Essas mudanças podem ser notadas a partir da edição de nº 39. Todas as edições de 2009 estão reproduzidas no Anexo.



Participação em eventos

Participação em eventos, atuação na descentralização das ações da Comissão de Anistia:

Quadro 01 – Atividades externas de descentralização

| DATA                    | EVENTO                                                                                                                                                                        | LOCAL                                                        | UF |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----|
| 02/10/2009              | Seminário 30 Anos da Lei de Anistia                                                                                                                                           | Câmara de Vereadores de Passo Fundo RS                       | RS |
| 04/10/2009              | Sessão Solene em Homenagem à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça                                                                                                     | Assembleia Legislativa do Ceará                              | CE |
| 08/04/2009              | IV Simpósio da Cátedra Unesco de Direitos Humanos e violência - As injustiças políticas da anistia na perspectiva das vítimas                                                 | UNISINOS - RS                                                | RS |
| 08/05/2009              | Lançamento "Direito Achado na Rua"                                                                                                                                            | Brasília DF                                                  | DF |
| 08/09/2009              | Sessão Solene de outorga da Medalha Augusto dos Anjos ao escritor paraibano Inocêncio Nóbrega Filho e lançamento de seu livro intitulado "Independência! No Grito e na Raça!" | Estado da Paraíba                                            | PB |
| 10/12/2009 e 11/12/2009 | I Seminário "Prevenção da Violência: Avanços e Desafios do PRONASCI",                                                                                                         | Rio de Janeiro RJ                                            | RJ |
| 11/05/2009 e 15/05/2009 | Seminário Internacional "A luta pela Anistia: 30 anos"                                                                                                                        | Pinacoteca - São Paulo SP                                    | SP |
| 11/11/2009              | Medalha "Mérito Legislativo Câmara dos Deputados"                                                                                                                             | Congresso Nacional                                           | DF |
| 12/10/2009              | Medalha "Ulysses Silveira Guimarães"                                                                                                                                          | Rio Claro SP                                                 | SP |
| 12/11/2009              | Exposição: O Progressivo Caminhar da Democracia no Brasil                                                                                                                     | Tribunal Superior Eleitoral                                  | DF |
| 13/04/2009              | II Pacto Republicano de Estado                                                                                                                                                | Palácio do Buriti - Brasília DF                              | DF |
| 17/06/2009              | Outorga dos Troféus Dom Quixote de La Mancha e Sancho Pança                                                                                                                   | Supremo Tribunal Federal                                     | DF |
| 17/09/2009 a 19/09/2009 | V Encontro Anual da ANDHEP: "Direitos Humanos, Democracia e Diversidade"                                                                                                      | Belém PA                                                     | PA |
| 19/10/2009 e 20/10/2009 | Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade                                                                                                                           | Universidade de São Paulo - USP                              | SP |
| 20/4/2009 e 21/04/2009  | Seminário Luso-Brasileiro Repressão e Memória Política                                                                                                                        | Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra PORTUGAL | PT |
| 24/04/2009              | Ato de Publicação da decisão do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador                                                                                 | Memorial da Resistência - São Paulo SP                       | SP |
| 24/09/2009              | Audiência Pública - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153                                                                                                 | Câmara dos Deputados                                         | DF |

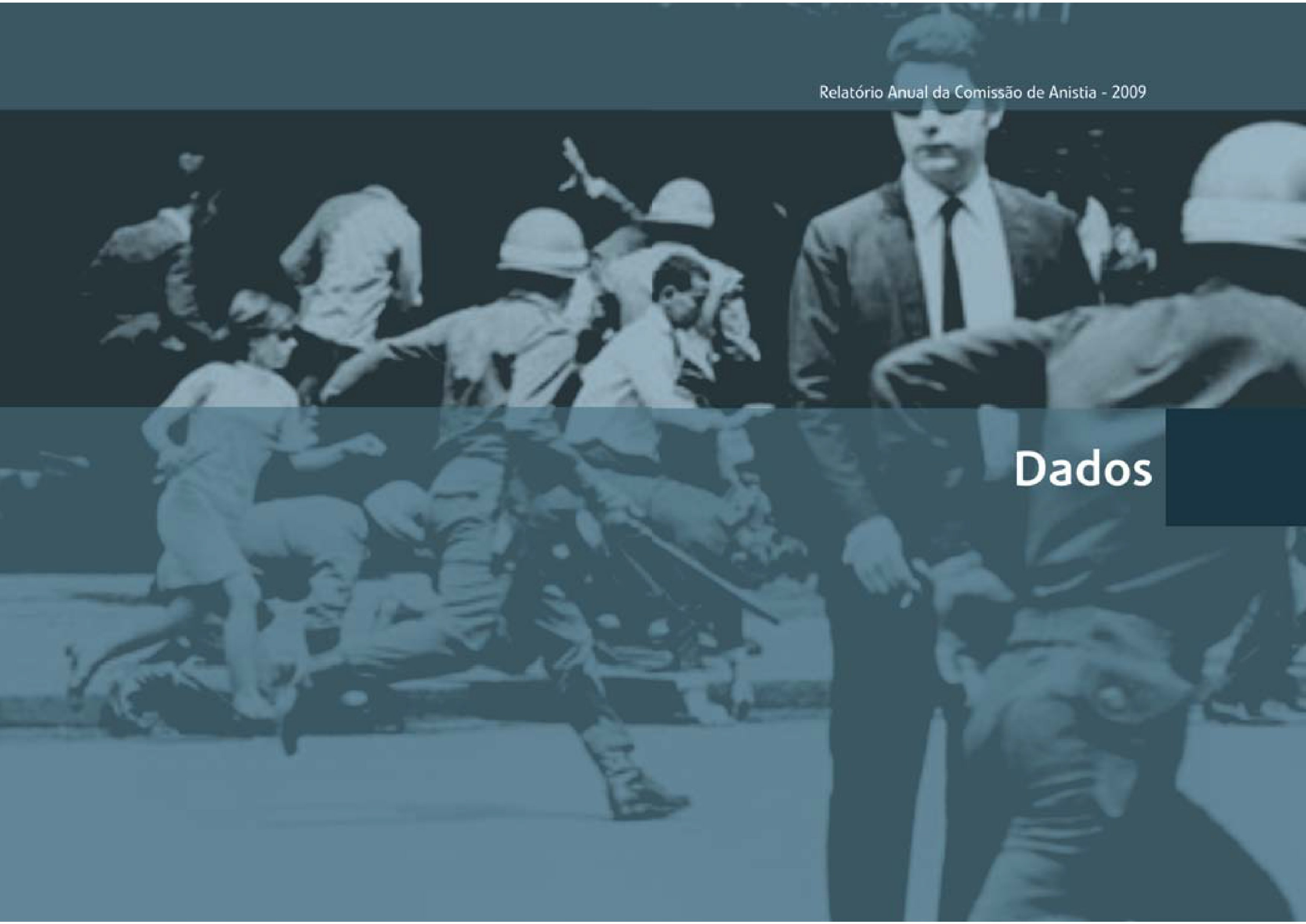
| DATA                    | EVENTO                                                                                                                            | LOCAL                                     | UF |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----|
| 24/10/2009              | Exposição sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 - Audiência Pública                                   | Câmara dos Deputados                      | DF |
| 25/08/2009              | Mesa Redonda em Comemoração aos 30 anos da Lei de Anistia no Brasil e lançamento do Jornal Esquina                                | UniCEUB - Brasília DF                     | DF |
| 25/08/2009              | Homenagem ao Excelentíssimo Senhor Ministro Tarso Genro, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi e outros: Diploma do Mérito Democrático | Assembleia Legislativa do Estado de Goiás | GO |
| 27/08/2009 a 30/08/2009 | 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública                                                                                      | Brasília DF                               | DF |
| 27/11/2009 e 28/11/2009 | "30 anos de Anistia: de Honestino Guimarães à Cesare Battisti"                                                                    | Universidade de Brasília                  | DF |
| 28/08/2009              | Simpósio "30 Anos da Lei de Anistia no Brasil" - Conferência Magna na Mesa: "Abertura de Arquivo: o Direito e a Verdade"          | Rio de Janeiro RJ                         | RJ |
| 31/03/2009              | Oficina sobre os 30 anos de anistia                                                                                               | Fundação Perseu Abramo - São Paulo SP     | SP |
| 31/08/2009              | Sessão Solene em homenagem aos 30 anos da Lei de Anistia                                                                          | Câmara dos Deputados                      | DF |



WINDS



## Dados





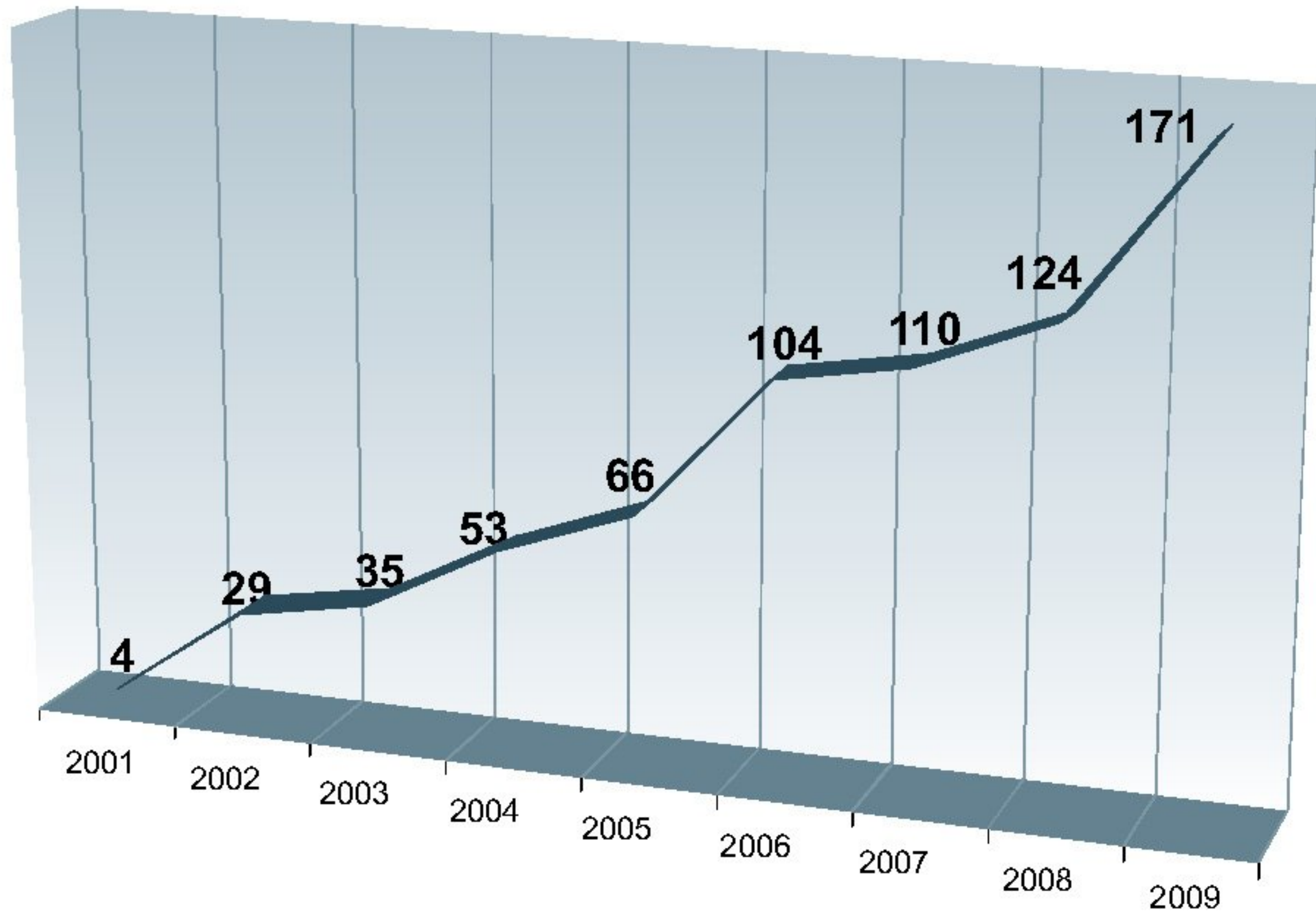
MAPA DE SESSÕES DE 2009

| SESSÕES | AGENDADAS | REALIZADAS | PLENÁRIO | TURMAS | CANCELADAS |
|---------|-----------|------------|----------|--------|------------|
| 2001    | 04        | 04         | 04       | 00     | 00         |
| 2002    | 29        | 29         | 05       | 24     | 00         |
| 2003    | 40        | 35         | 09       | 26     | 05         |
| 2004    | 54        | 53         | 12       | 41     | 01         |
| 2005    | 66        | 66         | 12       | 66     | 00         |
| 2006    | 125       | 104        | 14       | 90     | 21         |
| 2007    | 140       | 110        | 12       | 98     | 30         |
| 2008    | 176       | 124        | 21       | 103*   | 52         |
| 2009    | 192       | 171        | 26       | 145*   | 21         |
| Total   | 826       | 696        | 115      | 448    | 109        |

\* Inclui o número de sessões de julgamento em Caravanas da Anistia

Fonte: Setor de Julgamento/CA

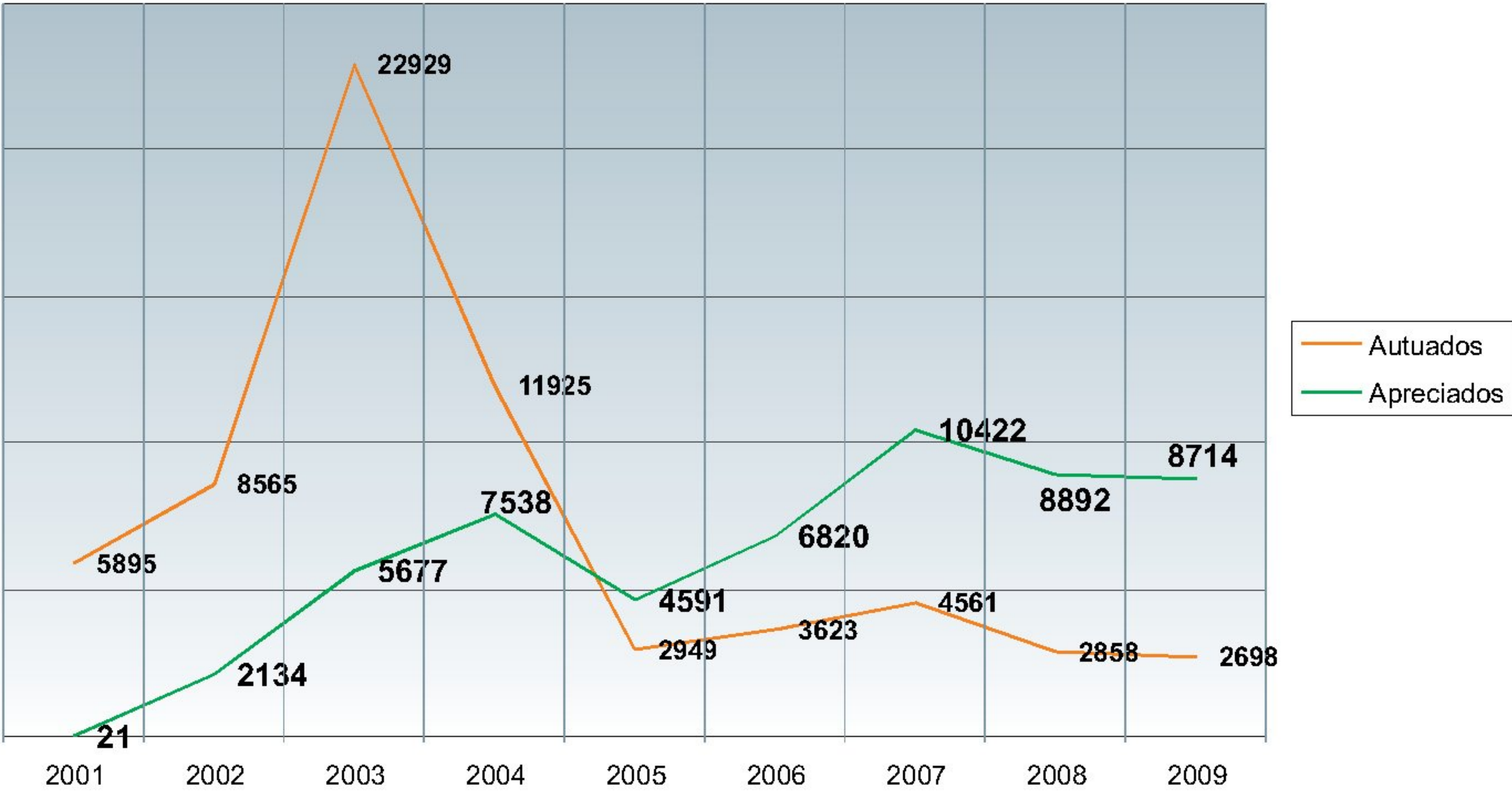
NÚMERO DE SESSÕES REALIZADAS (POR ANO)



Fonte: Setor de Julgamento/CA

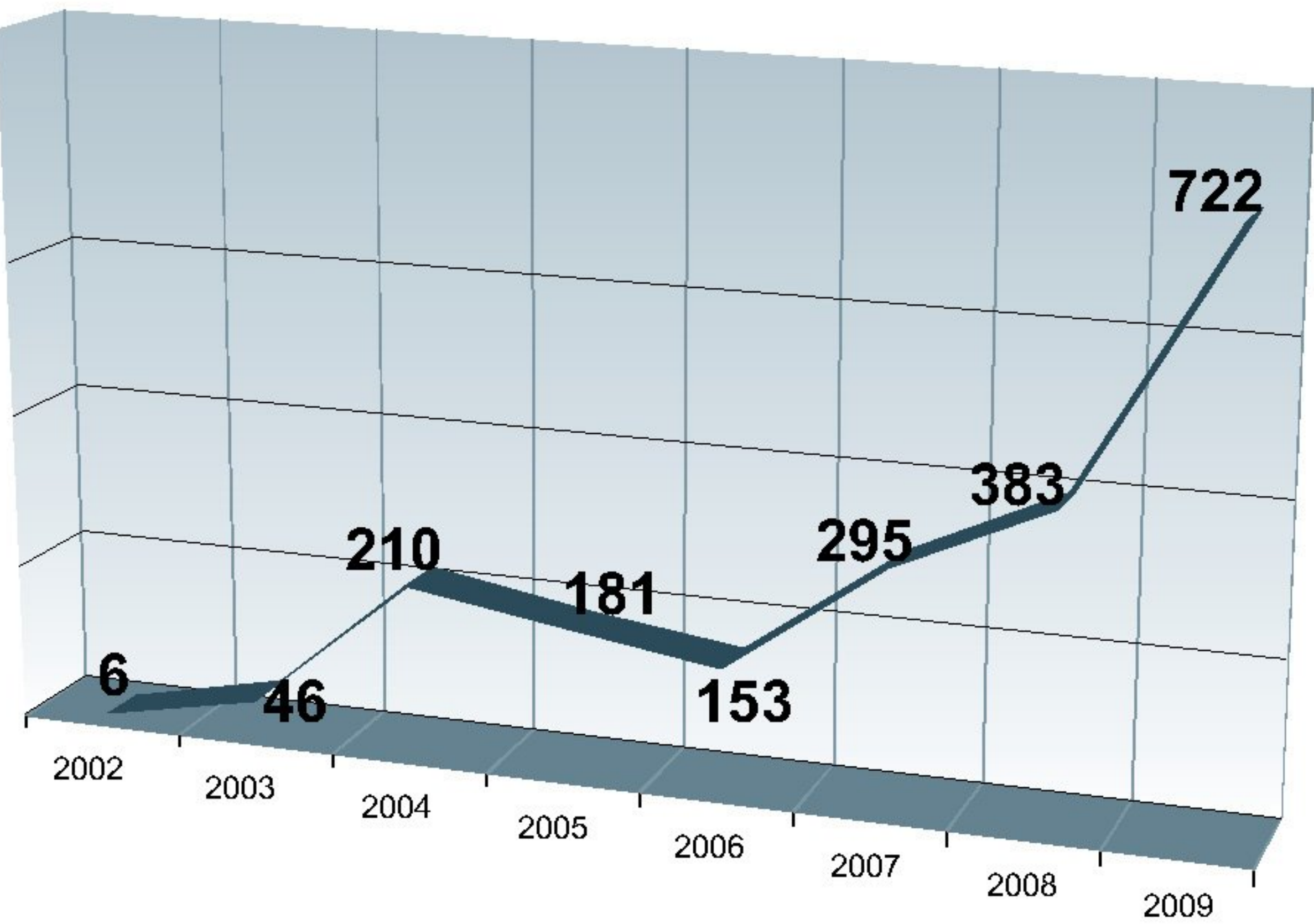


REQUERIMENTOS AUTUADOS E APRECIADOS EM TURMA (POR ANO)



Fonte: Setores de Protocolo e Diligência; e Contadoria e Finalização/CA.  
A apreciação dos processos refere-se aos requerimentos apreciados em turma.

NÚMERO DE RECURSOS APRECIADOS (POR ANO)



Fonte: Setores de Contadoria e Finalização/CA.

PROCESSOS DE VEREADORES APRECIADOS\*

| ANO * | VEREADOR |            |       |
|-------|----------|------------|-------|
|       | DEFERIDO | INDEFERIDO | TOTAL |
| 2004  | 1        | 0          | 1     |
| 2005  | 1879     | 10         | 1889  |
| 2006  | 4702     | 4          | 4706  |
| 2007  | 7324     | 1031       | 8355  |
| 2008  | 3600     | 743        | 4343  |
| 2009  | 3184     | 112        | 3296  |
| TOTAL | 20690    | 1900       | 22590 |

\*Não havia esta classificação antes de 2004  
Fonte: Setores de Contadoria e Finalização/CA  
Os casos de vereadores são daquelas pessoas que exerceram vereança sob a égide do AI-5, sendo deferido a Declaração de Anistia Política e tempo de serviço, conforme o caso.

REQUERIMENTOS APRECIADOS (POR MINISTRO)

| MINISTRO                     | PERÍODO             | DEFERIDOS* | %       | INDEFERIDOS | %      | TOTAL |
|------------------------------|---------------------|------------|---------|-------------|--------|-------|
| José Gregori                 | 14/04/00 a 14/11/01 | 7          | 77,78%  | 2           | 22,22% | 9     |
| Aloysio Nunes Ferreira Filho | 14/11/01 a 03/04/02 | 61         | 77,22%  | 18          | 22,78% | 79    |
| Miguel Reale Junior          | 03/04/02 a 10/07/02 | 4          | 100,00% | 0           | 0,00%  | 4     |
| Paulo de Tarso R. Ribeiro    | 10/07/02 a 02/01/03 | 1630       | 79,01%  | 433         | 20,99% | 2063  |
| Márcio Thomaz Bastos         | 02/01/03 a 16/03/07 | 14264      | 57,56%  | 10516       | 42,44% | 24780 |
| Tarso Genro                  | 16/3/07             | 19994      | 72,38%  | 7629        | 27,62% | 27623 |
| TOTAL                        |                     | 35959      |         | 18598       |        | 54557 |

\*O número corresponde às reparações em declaração de anistia política sem reparação econômica, reparações em prestação única e prestação mensal, permanente e continuada.  
Fonte: Setores de Contadoria e Finalização/CA. Estes dados não incluem recursos.

DEFERIMENTOS EM PRESTAÇÃO ÚNICA CONCEDIDA (POR MINISTRO)

| MINISTRO                     | DEFERIDOS | MÉDIA         | TOTAL              |
|------------------------------|-----------|---------------|--------------------|
| José Gregori                 | 5         | R\$ 61.560,00 | R\$ 307.800,00     |
| Aloysio Nunes Ferreira Filho | 43        | R\$ 35.730,23 | R\$ 1.536.400,00   |
| Miguel Reale Junior          | 2         | R\$ 56.000,00 | R\$ 112.000,00     |
| Paulo de Tarso R. Ribeiro    | 140       | R\$ 64.792,86 | R\$ 9.071.000,00   |
| Márcio Thomaz Bastos         | 1429      | R\$ 59.760,77 | R\$ 85.398.139,45  |
| Tarso Genro                  | 1717      | R\$ 58.292,40 | R\$ 100.088.050,00 |
| TOTAL                        | 3336      |               | R\$ 196.513.389,45 |

Fonte: Setores de Contadoria e Finalização/CA.



DEFERIMENTOS EM PRESTAÇÃO MENSAL CONCEDIDA (POR MINISTRO)

| MINISTRO                     | DEFERIDOS | MÉDIA        | TOTAL             |
|------------------------------|-----------|--------------|-------------------|
| José Gregori                 | 2         | R\$ 5.644,52 | R\$ 11.289,04     |
| Aloysio Nunes Ferreira Filho | 7         | R\$ 4.049,02 | R\$ 28.343,11     |
| Miguel Reale Junior          | 2         | R\$ 3.294,13 | R\$ 6.588,26      |
| Paulo de Tarso R. Ribeiro    | 1456      | R\$ 3.861,24 | R\$ 5.621.970,82  |
| Márcio Thomaz Bastos         | 5734      | R\$ 3.942,20 | R\$ 22.604.595,07 |
| Tarso Genro                  | 1959      | R\$ 2.842,11 | R\$ 5.567.694,42  |
| TOTAL                        | 9160      |              | R\$ 33.840.480,72 |

Fonte: Setores de Contadoria e Finalização/CA.



# Anexos 8





## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 29 - Janeiro de 2009

## OS DESAFIOS DA COMISSÃO DE ANISTIA EM 2009

O ano de 2009 será de muito trabalho para a Comissão de Anistia. A consolidação de parcerias com organismos internacionais, julgamentos de processos de pessoas que tiveram papel de destaque durante o regime militar (1964-1985) e a continuação do desenvolvimento de projetos culturais e educativos estão entre as metas do órgão ligado ao gabinete do Ministro da Justiça.

No cumprimento de seu dever histórico, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça iniciou em 2008 o projeto das Caravanas da Anistia, com julgamentos públicos reais nos locais aos quais as perseguições ocorreram.

As Caravanas promovem transparência, publicidade aos trabalhos e critérios da Comissão, passando por 11 estados da federação. As atividades permitem aos jovens que as assistem, conhecimento de elementos importantes de nosso passado com caráter pedagógico sobre a importância da justiça e da liberdade.

O incremento do número de sessões de julgamentos e a conseqüente aceleração dos processos apreciados, faz com que os cidadãos recebam o pedido de desculpas do Estado ainda em vida. O presidente da Comissão, Paulo Abrão, defende: "estabelecemos novos parâmetros para os

valores das indenizações, a despeito da iniquidade e imperfeição da legislação, mais razoáveis e compatíveis com a realidade social brasileira para que a reparação da anistia seja vista como simbolismo do perdão e não como processo econômico".

Em 2009, a Comissão segue com sua missão constitucional de apreciar pedidos de anistia por perseguição política. "A reparação só cabe a quem foi perseguido político e teve sua vida prejudicada pela ditadura", explica Paulo Abrão.

Ao longo deste ano, a Comissão pretende estreitar laços com comissões de reparações e verdade de outros países e organismos internacionais ligados à área de direitos humanos.

Implementados em 2008, os projetos Educativo e Memorial continuarão em 2009. O objetivo, além de divulgar o trabalho da Comissão, é proporcionar, especialmente à juventude, o conhecimento da história do Brasil, fortalecendo a cultura e as instituições democráticas.

Mesmo com novos 2517 processos autuados em 2008, a Comissão de Anistia mantém a meta de zerar a pauta de julgamentos até o fim do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010.

## CARAVANA E FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Durante o Fórum Social Mundial 2009, em Belém/ PA, a Comissão de Anistia realizará a 18ª Caravana da Anistia no dia 30 deste mês.

A sessão de *Julgamento real de requerimentos de anistia de ex-perseguidos políticos*, realizada em parceria com o governo do Estado, contará com a presença do Ministro da Justiça; o Presidente da Comissão de Anistia/ MJ; o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado/ PA.

O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais, sendo caracterizado pela pluralidade e pela diversidade.

Além da Caravana, a convite da Casa da América Latina, a Comissão participa ainda de outras duas atividades. No dia 30, a oficina: *"Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento"*. E no dia 31, da oficina: *"Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina"*, que terá como debatedores o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; o Ministro de Governo da Bolívia, Alfredo Rada Vélez; a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa; o Presidente da Comissão de Anistia/ MJ, Paulo Abrão; o Secretário Executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Emir Sader; e mediando Modesto da Silveira da Casa da América Latina.

Serão julgados os requerimentos de:

*Maria de Lourdes Couceiro Simões; Juraci Mendes de Oliveira, post mortem; Maurice Politi; Jane Vasconcelos Dantas; Pedro Augusto Celso Portugal; Francisco Felipe Cardoso, post mortem; Izabel Marques Tavares da Cunha, post mortem; José Maria de Carvalho Filho, post mortem; e Arnaldo Barreto Almeida.*

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:  
[Renato.oliveira@mj.gov.br](mailto:Renato.oliveira@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## COMISSÃO DE ANISTIA PARTICIPA DA 6ª BIENAL DE ARTE E CULTURA DA UNE



A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça participou da 6ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, em Salvador. Edição da Bienal que teve dois marcos históricos: os 30 anos do Congresso de Reconstrução da UNE e os dez anos de Bienais de Cultura da UNE. O XXXI Congresso da UNE e a primeira Bienal aconteceram em Salvador, fator que deu um toque especial ao Encontro.

Entre os debates simultâneos que foram realizados, foram convidados o Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e o Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que participaram da mesa *"Leis de anistia no Brasil e América Latina - A questão da Tortura e a abertura dos arquivos das Ditaduras"*, no dia 22.

Mais informações no site: <http://www.une.org.br/>.



## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 30 - Fevereiro de 2009

## Encontro Museus e Patrimônio

A Casa da América Latina, em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizou o *Encontro Museus e Patrimônio: zonas de sombras, silêncios e esquecimentos*, durante o Fórum Social Mundial 2009, em Belém/ PA em janeiro.

A proposta dessa atividade foi pensar os museus e os patrimônios como processos capazes de contribuir para ruptura do modelo de dominação cultural cujos discursos regem a dinâmica dos países ocidentais.

A mesa foi composta pelos seguintes representantes: Casa da América Latina, Mario Jakobskind; Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Simone Botelho; Museu de Imagens do Inconsciente, Euripedes Junior; e mediação de Cezar Baia. Militantes e profissionais de diferentes formações, que atuam na área da cultura e em organizações não governamentais. Durante o debate surgiram reflexões sobre as tensões entre o Estado e aos movimentos sociais, com o objetivo de fomentar o acesso ao direito à memória e sua interface com os museus e patrimônios, um dos alicerces da Justiça de Transição em nações marcadas por regimes de exceção.

Nesse sentido, Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizou ainda uma segunda atividade: *Os Desafios para a Consolidação da Justiça de Transição na América Latina*, onde propiciou ao público presente o debate de Justiça de Transição discutindo os quatro pilares que sustentam o processo de transição democrática, quais sejam: direito à justiça, a memória, a reparação e as transformações institucionais.

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br) [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## COMISSÃO REALIZA 1ª CARAVANA DO ANO

Neste ano a Caravana da Anistia integrou pela primeira vez o Fórum Social Mundial, ganhando visibilidade internacional em atividade que inaugurou os julgamentos de 2009. Realizado pela primeira vez em 2001, o FSM é um espaço de debate democrático de idéias e se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais, sendo caracterizado pela sua pluralidade e diversidade.

A sessão especial, composta por nove conselheiros, julgou os requerimentos de: Maria de Lourdes Couceiro Simões; Juraci Mendes de Oliveira, *post mortem*; Maurice Politi; Jane Vasconcelos Dantas; Pedro Augusto Celso Portugal; Francisco Felipe Cardoso, *post mortem*; Izabel Marques Tavares da Cunha, *post mortem*; José Maria de Carvalho Filho, *post mortem*; e Arnaldo Barreto Almeida. Todos presentes ou devidamente representados na atividade que homenageia ex-perseguidos políticos, proposta pela Comissão de Anistia em parceria com o Governo do Estado do Pará. Presentes na mesa: o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; o Presidente da Comissão de Anistia/ MJ, Paulo Abrão Pires Junior; e o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado/ PA, José Roberto da Costa Martins.

Segundo o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, ainda no primeiro semestre a comissão retornará ao Estado para julgar os casos referentes à guerrilha do Araguaia, apreciando os requerimentos de anistia da população perseguida durante a Guerrilha travada por militantes do PCdoB ocorrida de 1972 a 1975.

Quanto ao Fórum Social Mundial 2009, o



presidente da Comissão ressalta que "o Fórum é um espaço de solidariedade e de justiça social e no passado, os então militantes também lutavam por mais justiça e respeito aos direitos humanos. Aqui aconteceu o encontro do passado com o futuro".

Além de realizar a primeira Caravana do ano no Pará, a Comissão de Anistia ainda propôs outras atividades do Fórum Social Mundial. Foram realizados oficinas e debates com participação do Projeto das Cuias de Santarém e a Rede de História e Patrimônio Cultural da Saúde. As oficinas: "Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento"; e "Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina", em parceria com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – continuando os trabalhos iniciados no 1º Encontro das Comissões de Verdade, Justiça e Reparação da América Latina, sediado pelo Brasil em 2008.

No ano de 2008 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça apreciou mais de nove mil pedidos de anistia, e, nos próximos dois anos, deve concluir os quase vinte mil restantes.

## Revista da Anistia Promove 1ª Chamada de Trabalhos

Criada em outubro último por portaria do Presidente da Comissão de Anistia, a Revista da Anistia Política no Brasil, veículo para o debate científico sobre a anistia e a justiça de transição no Brasil e em perspectiva comparada, está com edital aberto para receber artigos acadêmicos para sua primeira edição. Os textos serão avaliados e selecionados por Conselho Editorial composto por professores das mais diversas áreas das ciências humanas e sociais, de instituições brasileiras e estrangeiras.

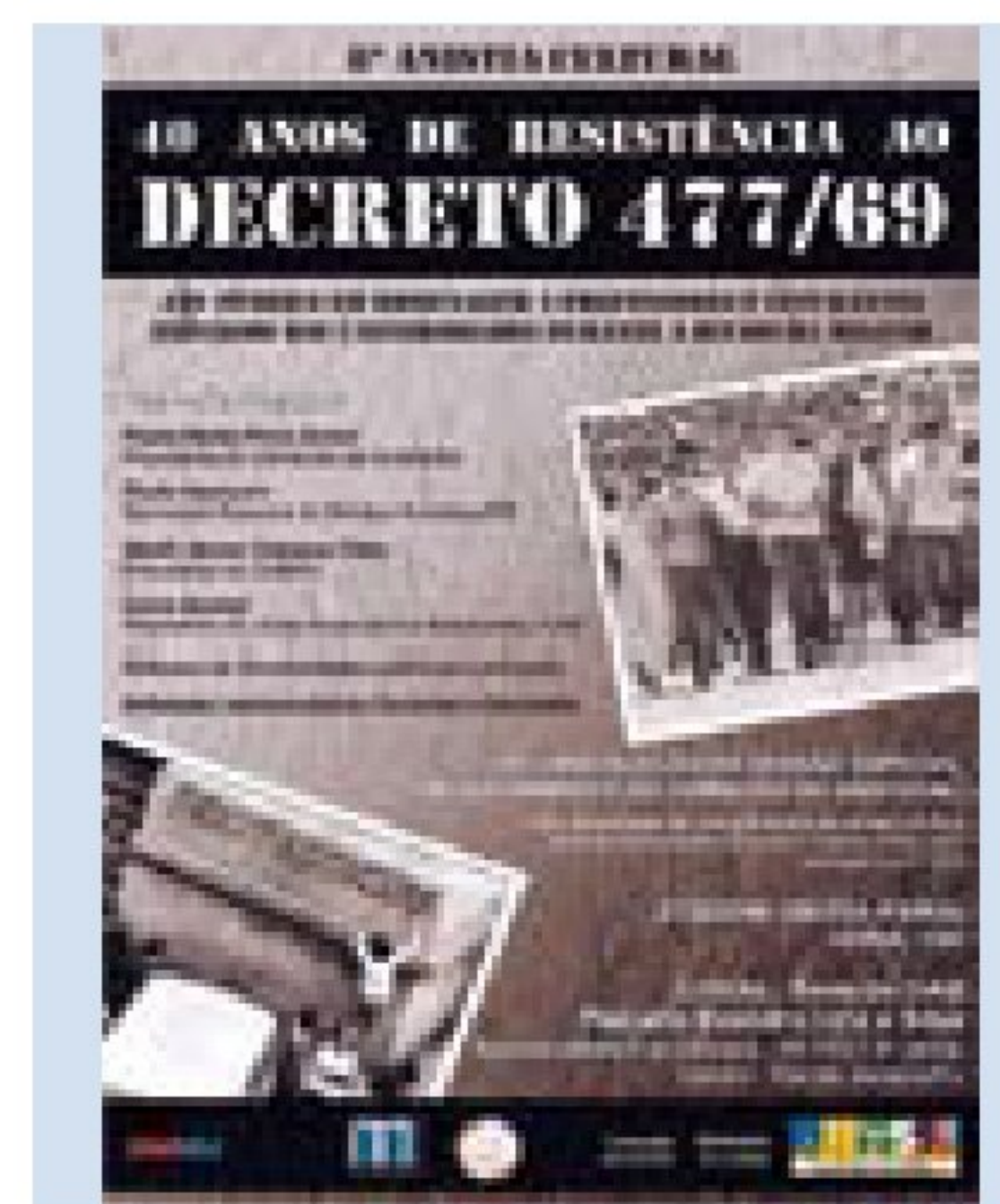
Para a primeira edição, além dos textos selecionados por edital, está sendo organizado pelos Professores José Ribas Vieira (UFF) e José Reinaldo de Lima Lopes (USP) um dossiê temático sobre "O que é Justiça de Transição". O objetivo da revista é elevar a qualidade do debate nacional sobre a temática, nas suas mais variadas perspectivas, incentivando desde a produção científica de ponta, até a iniciação científica.

Para maiores informações, consulte o edital público de chamada de textos, disponível no endereço [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia).

## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 31 - Março de 2009

## 8ª Anistia Cultural homenageia atingidos por 477



A Comissão de Anistia realizou, no dia 27 de fevereiro, a 8ª Anistia Cultural, em homenagem aos "40 anos de resistência ao Decreto – Lei 477/69". Atividade composta de dois momentos: um Ato Público em homenagem a estudantes e professores atingidos pelo Decreto 477, e uma Sessão Especial de Julgamento de Requerimentos de Anistia Política referente a estes requerimentos. Em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro – OAB/RJ, a anistia foi realizada na própria sede da OAB no Rio de Janeiro.

Estiveram presentes representantes e reitores de universidades públicas e privadas do país: o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão; o ministro da Secretaria Especial de Direitos

Humanos – SEDH, Paulo Vannuchi; o presidente da OAB/RJ, Wadih Nemer Damous Filho; a presidente da União Nacional dos Estudantes, Lúcia Stumpf; representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Amaro Henrique Pessoa Lins; o reitor da Universidade Federal Rural do RJ (UFRR), Ricardo Motta Miranda; o reitor da Universidade de Brasília – UnB, José Geraldo de Sousa Junior; o reitor da Universidade Federal de Viçosa – UFV, Luis Cláudio Costa; e representantes do reitor da Universidade Federal Fluminense – UFF, e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino.

Durante o evento foi exibida a sessão de memória, ação integrante do Projeto Memória, homenageando os atingidos pelo 477.

Foram julgados os processos de: Ana Maria Ribas Bizzo; Candido Pinto de Mello (post mortem); Carlos Alberto Vieira ou João Carlos Alberto Pinto Vieira; Cristina Maria Buarque; Daniel Aarão Reis Filho; Edson Benigno da Motta Barros; Eraldo Fernandes dos Santos; Gilney Amorim Viana; Glauco Augusto Duque Porto; Hudson Cunha; Jorge Ricardo Santos Gonçalves; José Carlos Avelino da Silva; José Tadeu Carneiro; Jurandir Bezerra de Oliveira; Laurindo Martins Junqueira Filho; Luiz Gonzaga Travassos da Rosa (pós mortem); Manoel Mosart Machado; Maria Dalce Ricas; Maria Julieta Mendonça Viana; Robinson Ayres Pimenta; Walmir Andrade Oliveira (pós mortem).

## Comissão busca zerar requerimentos

A Comissão de Anistia no presente ano estabeleceu algumas metas que buscam otimizar suas atividades, no que tange o julgamento dos requerimentos de anistia. Uma dessas metas é analisar processos de civis e militares, com prioridade, ou seja, idade avançada, doença e ordem de autuação. Outra meta é aumentar a quantidade de processos apreciados em plenária.

Um dos objetivos é finalizar as temáticas de 2008, voltando às suas pautas de julgamento de turma e finalizando processos referentes a temáticas de 2008 que estavam aguardando instrução, como Banco do Brasil, ECT, Embraer e Usiminas, bem como os individuais adiados.

Os mais de 9.275 processos julgados em 2008, pela Comissão de Anistia, atestam os esforços para realizar o objetivo final de zerar a apreciação de requerimentos antes do fim do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

## AMB apóia responsabilização de torturadores

A Associação dos Magistrados do Brasil - AMB entregou no último dia 18 ao ministro da Justiça, Tarso Genro, ofício defendendo a punição dos agentes do Estado que torturaram durante a ditadura (1964-1985).

Para o presidente da AMB, Mozart Pires, a legislação não pode dar cobertura a quem cometeu o crime. O apoio a "uma adequada interpretação da Lei de Anistia" foi aprovado no início do mês pela Associação, na última reunião do Conselho de Representantes.

A definição sobre o alcance da norma está a cargo do Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A entidade pede que a tortura seja considerada crime comum e não político, portanto não passível de anistia. Segundo Mozart Pires, também está sob análise se AMB entra, ou não, no Supremo como co-autora da ação da OAB. Abaixo, parte do documento entregue ao ministro Tarso Genro:

"... o Conselho de Representantes da AMB, na reunião do dia 04/03/2009, aprovou posição de apoio à proposta de reinterpretção da Lei de Anistia ( Lei 6.683/79). Entendemos que a legislação brasileira que regulou a anistia deve ser harmonizada com a Constituição Federal vigente e a normativa internacional dos Direitos Humanos. Nossa convicção é coerente com precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos que não admitem qualquer legislação que impeça a apuração de violações de direitos humanos. Não é desejável à qualquer nação que sua história seja ficcional e construída pelo esquecimento. Enquanto persistir a ocultação dos fatos ocorridos durante a ditadura militar o direito à informação de cada cidadão e cada cidadã do nosso país estará sendo violado. A AMB, diante dos valores aqui externados, manifesta apoio ao movimento desencadeado por V. Exa e o ministro Paulo Vannuchi, que propõe uma reinterpretção da Lei da Anistia brasileira".

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br) [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)



# ANISTIA

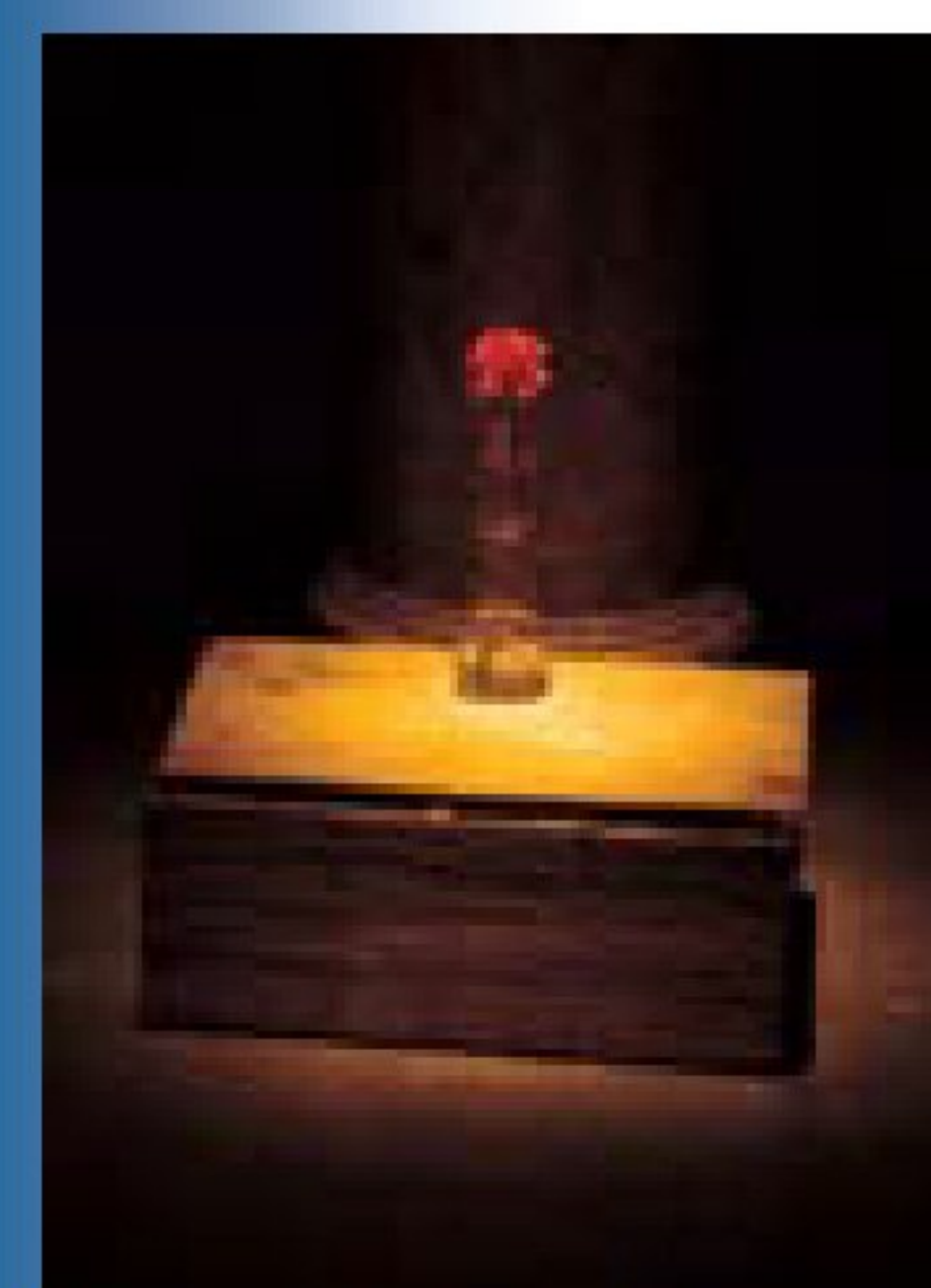
Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 32 - Abril de 2009

Com o objetivo de melhor proporcionar informação aos nossos leitores, o Boletim da Comissão de Anistia vem mudando o seu layout. Confira.



"As mulheres tornaram indispensável o sentimento de viver tranquilo. Tem que lutar por isso".

Oscar Niemeyer



Memorial da Resistência  
FOTO: Luana Benício

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## MEMÓRIAS DO FEMININO É TEMA EM ANISTIA

No dia 6 de março, dois dias antes do Dia Internacional da Mulher, a Comissão de Anistia promoveu mais uma Anistia Cultural no Palácio da Justiça, em Brasília. A 9ª edição, intitulada "Memórias do Feminino: vivências, resistência e protagonismo das mulheres nas lutas por democracia", teve sessão especial de julgamento de requerimentos de anistia política e buscou homenagear mulheres cujo papel foi de fundamental importância durante o regime militar.

O evento foi realizado em parceria com o projeto *Mulheres da Paz*, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). "Estas mulheres contaram a história do país de uma outra perspectiva e o trabalho político, pedagógico e cultural da Comissão de Anistia, na recuperação destas histórias e na escuta destas narrativas, é um dos mais emocionantes deste governo", afirmou a coordenadora do projeto, Lélia Almeida.

Almeida.

Também estiveram presentes representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em nota, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, encorajou as mulheres que ainda estão na luta: "Viemos para fazer valer os valores éticos que inspiraram nossas lutas históricas pela justiça social e pela liberdade".

Pela manhã, a mesa foi composta pelo presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão; pelo secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, representando o ministro da Justiça; pela representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Kátia Guimarães; pelo representante da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração, Byron Prestes Costa; e pela representante do Pnud, Maristela Baioni. À tarde, a mesa foi composta pela coordenadora do projeto *Mulheres da Paz*, Lélia Almeida; pela ex-perseguida

política Jessie Jane; pela escritora, autora do livro "Se me deixam falar", Moema Libera Viezzer; e pela defensora dos direitos humanos, Margarida Genevois.

Foram julgados os processos de: Iara Xavier Pereira; Keilah Diniz; Maria do Socorro C. Campos; Rita de C. Grieco; Renata Ferraz G. de Andrade; Marília de C. Guimarães; Joelson Crispim; Denize Peres Crispim; Danielle Ardaillon; Carmen Helena Barbosa do Vale; Conceição Imaculado de Oliveira; Lenira Machado; Sueli Muniz; Jose Maria Crispim; e, representados por Denize Peres Crispim, os requerentes Encarnacion Lopes Peres, Eduardo Leite, e Maria Regina Peixoto Pereira. Oscar Niemeyer, em vídeo gravado durante visita do presidente da Comissão, deixou uma mensagem especialmente para a ocasião. "As mulheres, tornaram indispensável o sentimento de viver tranquilo", afirmou.

## Comissão visita memorial paulista

A Comissão de Anistia visitou o Memorial da Resistência em São Paulo, no dia 18 de fevereiro, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a história de repressão e resistência da sociedade brasileira, dando oportunidade de participação a funcionários dos seus setores de análise e arquivo.

Durante a visita, foram apresentados os resultados da pesquisa realizada com os documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre o período de repressão. Foi oferecida ainda uma palestra coordenada pelo Fórum

Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, seguida de debate entre os membros do fórum que estiveram presos no edifício onde hoje funciona o Memorial. Durante o evento, foram distribuídas 10 publicações aos participantes, fruto de pesquisas do Projeto Integrado Arquivo Público do Estado da Universidade de São Paulo-PROIN. O Memorial da Liberdade foi inaugurado em 2002, sob a gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Integrado à Estação Pinacoteca em 2007, recebeu da Secretaria de Estado da Cultura

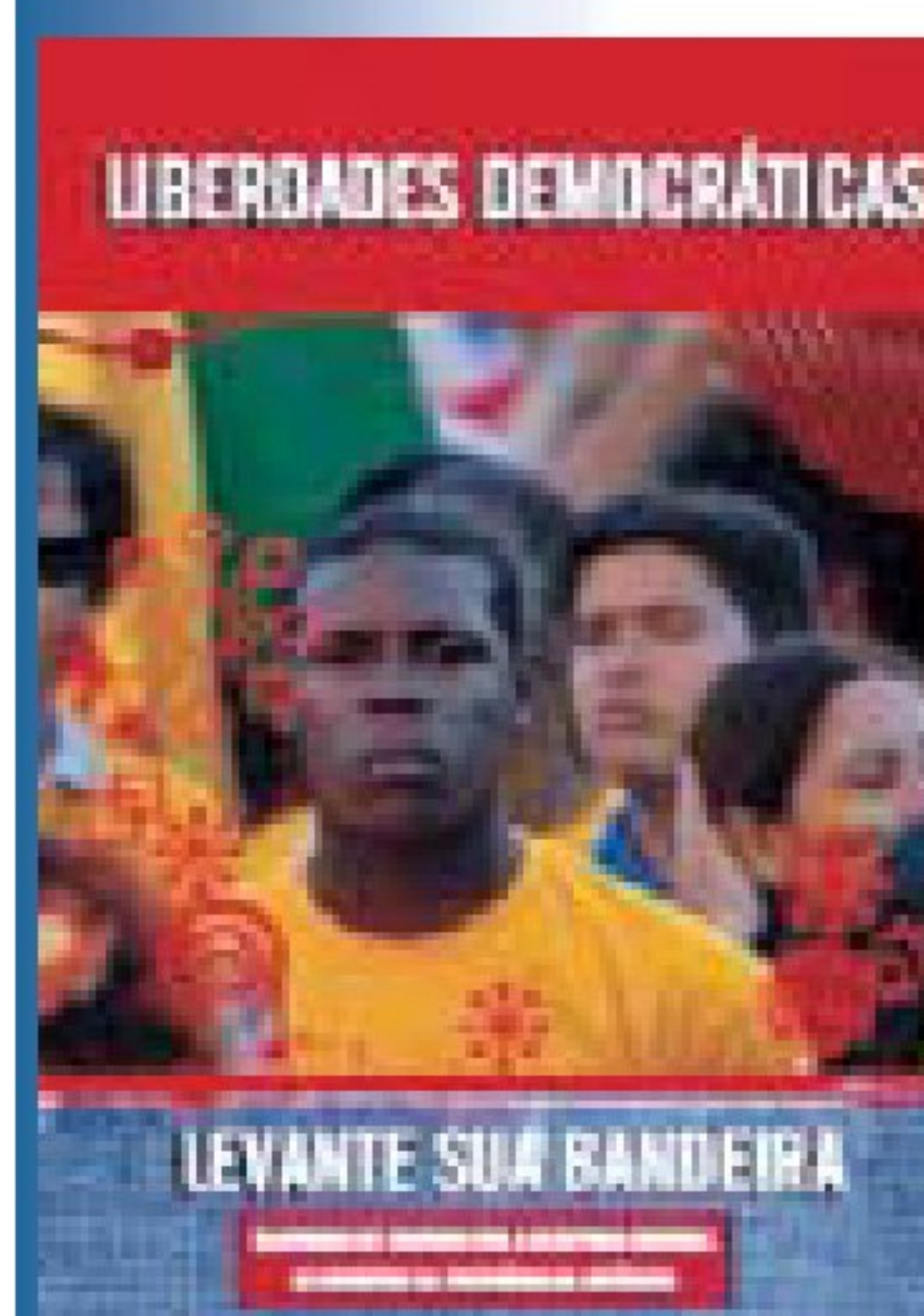
de São Paulo um projeto visando ampliar a ação preservacionista e seu potencial educativo e cultural, por meio de reflexões sobre os distintos caminhos da memória da resistência e da repressão. Em 2008 foi rebatizado de Memorial da Resistência.

O museu recria o cotidiano nas celas do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS/S. Ambiente que permite ao visitante visualizar o espaço prisional dos anos de 1969 a 1971. Mais informações pelo telefone (11) 3337 01 85, ou pelo site: [www.pinacoteca.org.br](http://www.pinacoteca.org.br).

# ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 33 - Abril de 2009

## CARTILHA LIBERDADES DEMOCRÁTICAS



## 2ª Edição

Publicado em 2007 para compor as temáticas da Conferência Nacional de Juventude, o Caderno Liberdades Democráticas foi idealizado para levar aos jovens o debate sobre a liberdade e os direitos democráticos.

A publicação foi divulgada amplamente em todo Brasil, atingindo mais de 2 milhões de estudantes. Este ano, com a intenção de ampliar o acesso dos jovens à informação, a Comissão de Anistia lançou a 2ª edição do Caderno. A versão está disponível em pdf no site [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia), no link "publicações".

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## COMISSÃO DE ANISTIA PARTICIPA DE TRIBUNAL EM EL SALVADOR

Advogados, juristas, representantes de direitos humanos e movimentos sociais de diversos países da América Latina participaram, do dia 25 ao dia 28 de março, do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador, instaurado na capital do país, San Salvador.

O Brasil foi representado pelo presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, e pelo ex-secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo Belisário dos Santos Junior. O esforço pelo fim da impunidade na América Latina foi destaque na "Carta Latino Americana de Justiça de Transição", assinada pelas nove Comissões de Reparação e Verdade do continente em novembro do ano passado, em encontro coordenado pela Comissão de Anistia no Rio de Janeiro. O Tribunal pretende revelar a identidade dos agentes do Estado que agiram fora da legalidade em regimes de exceção, como já ocorreu na Argentina.

No Brasil, a Comissão de Anistia defende a tese de que os crimes cometidos durante períodos de exceção são comuns e de lesa-humanidade, e não políticos, portanto não passíveis de prescrição e penderes de apuração. A interpretação será definida em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o assunto.

Com o tema de volta à agenda nacional, os salvadorenhos esperam iniciar um processo de conciliação entre as vítimas e aqueles que cometeram os crimes de tortura, por exemplo. O Tribunal é uma iniciativa da Coordenadoria Nacional de Comitês de Vítimas de Violações dos Direitos Humanos no Conflito Armado (Conacovic) e do Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centroamericana, José Siméon Cañas (Idhuca).

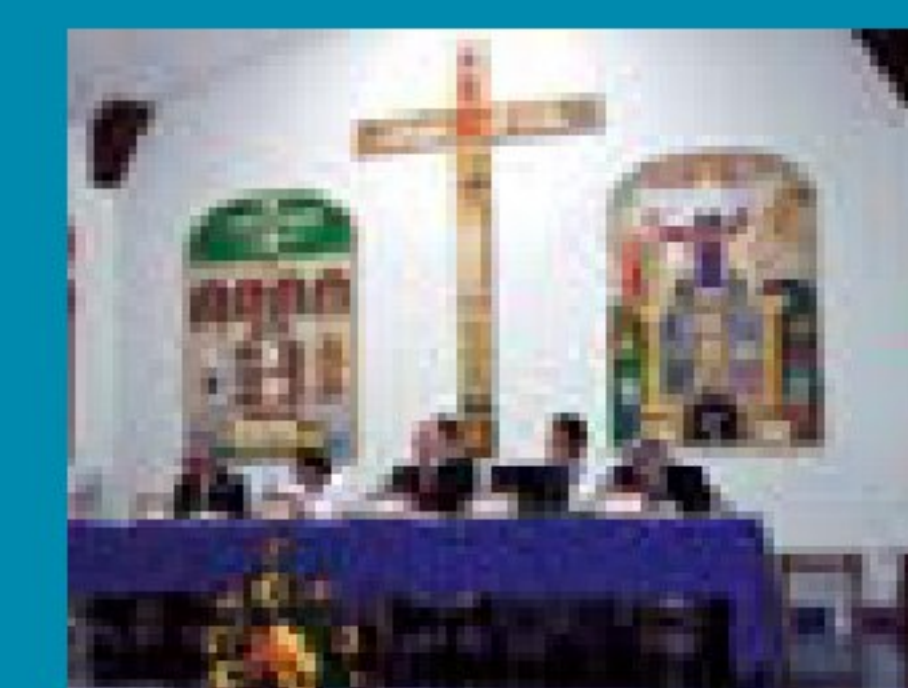
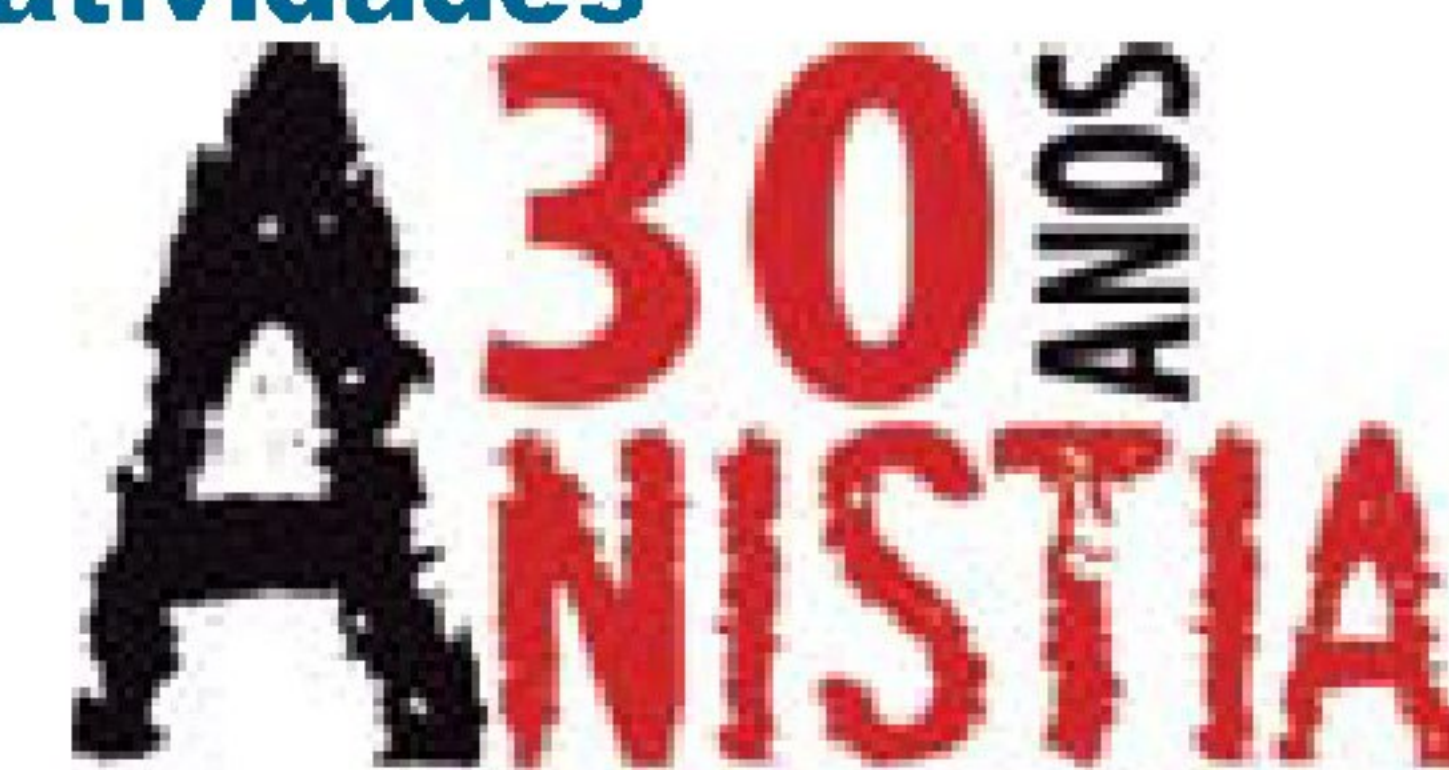


FOTO: Tatiana Tannús

## Calendário dos 30 Anos da Anistia abre ciclo de atividades

Dando início a uma série de eventos, publicações, atos culturais e políticos que marcarão o *Ciclo de Atividades Comemorativo aos 30 Anos da Lei de Anistia*, a Comissão de Anistia lançou em março o Calendário dos 30 Anos da Anistia Política no Brasil. Esta é a primeira de muitas publicações que pretendem ajudar no resgate da memória e da verdade no país.





## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 34 - Junho de 2009

## MEMORIAL DA ANISTIA POLÍTICA TERÁ SEDE EM BELO HORIZONTE



Por meio de termo com a Secretaria de Patrimônio da União, foi oficializada a definição da sede do Memorial da Anistia Política em Belo Horizonte (MG). No dia 28 de abril, em cerimônia no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, o ministro Tarso Genro recebeu o termo de entrega do prédio, que pertenceu à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ficou marcado como espaço de resistência ao regime militar. O ato contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, Luiz Dulci (ministro da Secretaria Geral da Presidência da República), Patrus Ananias (Ministério do Desenvolvimento Social), Márcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte) e Ronaldo Tadêu Pena (reitor da UFMG), além do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.

Foi criado um comitê de implementação do memorial, formado por representantes do Ministério da Justiça, da sociedade civil, do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte. Posteriormente, foi assinado um termo de parceria com a UFMG para a realização das obras, que serão custeadas pela

Comissão de Anistia e têm orçamento previsto em R\$ 5,5 milhões. Há previsão de captação de patrocínios.

A implantação do Memorial será feita em duas etapas. A primeira é a reforma do prédio da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), onde funcionará o espaço de exposições. A segunda etapa será a construção de um prédio anexo, onde funcionará o centro de documentação e pesquisa. Os 64 mil processos recebidos pela Comissão de Anistia vão compor o acervo. "O Memorial deverá adquirir o olhar dos perseguidos políticos. Este foi o olhar sufocado ao longo do tempo e que necessita de reparação. A exemplo de muitos países, ele permitirá que em plena democracia seja dada vazão e liberdade às vozes anteriormente caladas e realizado o justo reconhecimento à atitude exemplar dos bravos resistentes. Seria um suicídio moral para o país esquecer o seu passado, pois isto significaria enterrar a nossa própria democracia e a dignidade de nossa história", afirma Paulo Abrão.



FOTO: Issac Amorim

## 22ª CARAVANA É REALIZADA EM UBERLÂNDIA

A Caravana da Anistia foi a Uberlândia (MG) para realizar sua 22ª edição, no dia 13 de maio, com o reconhecimento de que a resistência à ditadura militar no país não se restringiu somente às capitais. A homenagem ao papel do Triângulo Mineiro na construção da democracia incluiu um julgamento especial da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que apreciou processos de ex-perseguidos políticos da região.

Realizada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a caravana foi aberta com a presença do ministro Tarso Genro, do presidente da Comissão, Paulo Abrão, do reitor da UFU, Alfredo Julio Fernandes Neto, e do bispo de Uberlândia, Dom Paulo Francisco Machado. Além do julgamento, foram realizadas duas mesas redondas sobre "Justiça de transição" e "A natureza do regime", com participação de especialistas, e um debate sobre o tema "Tortura e Reparação: o alcance da lei de anistia".

Foram homenageados nas Sessões de Memória, Dom Estevão Avellar, bispo da região do Araguaia na época de atuação da guerrilha, e perseguidos políticos do Triângulo Mineiro. Alguns militares no Movimento Revolucionário 21 de Abril, braço da esquerda nacionalista vinculada a Leonel de Moura Brizola. O grupo foi desmantelado em 1967 com a prisão de 22 integrantes, todos de Uberlândia.

"As perseguições políticas ocorridas no Triângulo Mineiro são desconhecidas no país. O papel da Igreja e de Dom Estevão, a criação do Movimento Revolucionário 21 de Abril, a saga da família Vieira são exemplos da resistência ocorrida no interior do Brasil, que precisa ser valorizada e receber destaque histórico", avalia o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.

Foi julgado, ainda, o processo do atual secretário de Educação do município, o médico Afrânio de Freitas Azevedo. Ex-militante comunista, Azevedo foi responsável pela cirurgia plástica que transformou o rosto de Carlos Lamarca, um dos principais guerrilheiros do país. A consequência foi sua prisão, por 73 dias, no Rio de Janeiro.

Desde seu lançamento, em abril de 2008, o projeto Caravana da Anistia já percorreu 11 estados em todas as regiões do país, apreciando mais de 350 requerimentos. Além de tornar público o trabalho e os critérios da Comissão, o projeto aproxima a juventude brasileira da temática da luta pela democracia.



FOTO: Roberta Alvarenga

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do  
Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser  
enviadas para o e-mail:  
[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 35 - Junho de 2009

CONVÊNIO COM PORTUGAL E ESPANHA AMPLIARÁ  
ACESSO À MEMÓRIA DA DITADURA

Assinatura do convênio em Portugal



Assinatura do convênio na Espanha

O ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou, no mês de abril, termos de cooperação internacional com Portugal e Espanha. Os acordos permitem a troca de documentos do período de repressão e o intercâmbio de experiências na documentação e divulgação das informações.

"É uma colaboração importante para a nossa Comissão de Anistia, que tem ajudado muito na transição e pacificação política do país", afirma o ministro Tarso Genro.

No encontro entre o ministro da Justiça da Espanha, Francisco Caamaño Domínguez e o ministro da Justiça do Brasil, Tarso Genro, para assinatura do "Memorando de entendimento Relativo à Memória Histórica e Social", Caamaño elogiou o Brasil em sua iniciativa de realizar as Caravanas da Anistia, ações integrantes do projeto educativo iniciado em 2007 e realizado pela Comissão de Anistia.

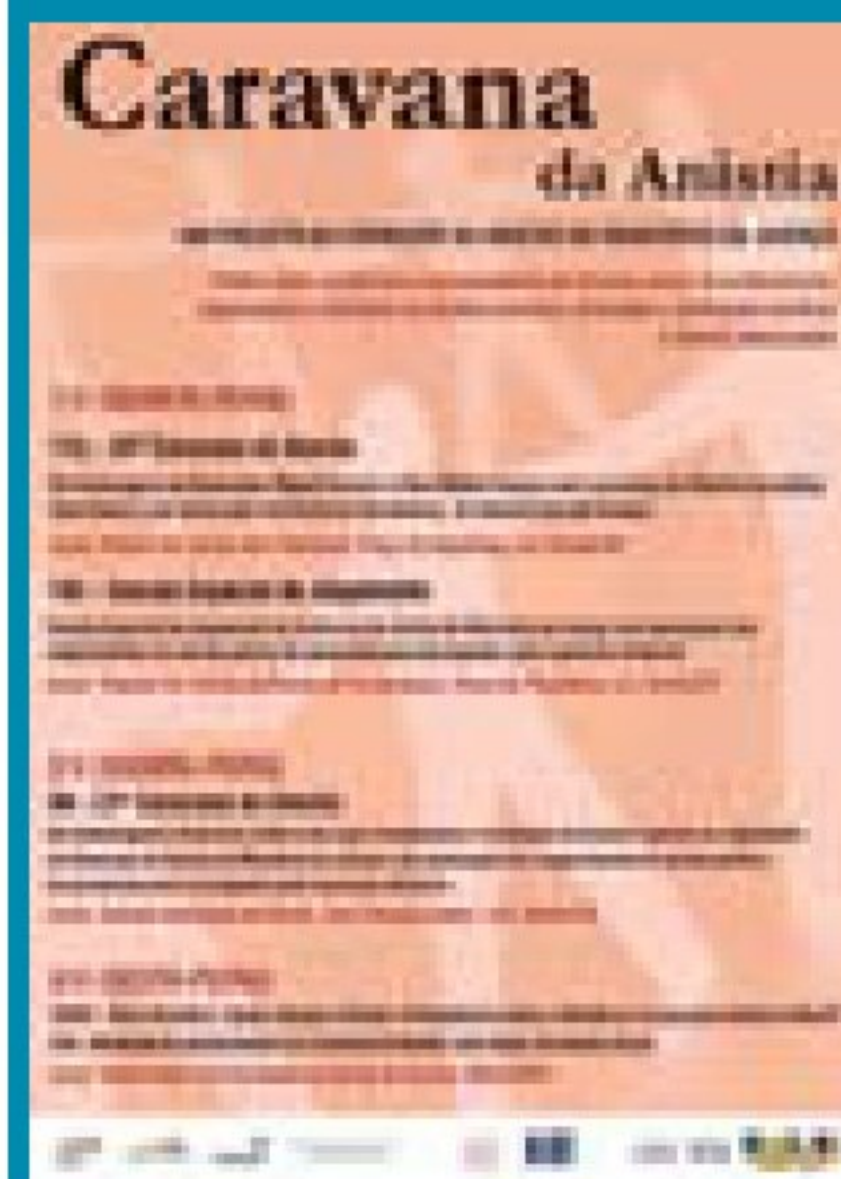
As duas cooperações internacionais vão

possibilitar, por exemplo, a doação de arquivos com informações sobre a ditadura brasileira que hoje estão sob guarda dos governos espanhol e português. Esses registros farão parte do Memorial da Anistia, criado pelo Ministério da Justiça neste ano.

O Acordo de Cooperação Técnica que viabiliza este tipo de intercâmbio foi firmado entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vigência até 31 de dezembro de 2010, e possui como objetivo a "Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil".

Cooperação que possui como resultados: "Geração de Subsídio para Estudos e Políticas Públicas"; "Fomentar a Troca de Experiências Internacionais Exitosas no Meio Internacional, com Especial Ênfase na Cooperação Sul-Sul"; e "Disseminação da Informação e Mobilização nos Planos Nacional e Internacional".

## SERGIPE RECEBE 23ª CARAVANA DA ANISTIA



A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizou no dia 18 de maio, na sede da OAB de Sergipe, em Aracaju, a 23ª Caravana da Anistia. Além de homenagear os perseguidos políticos e mortos e desaparecidos do estado durante o período de repressão ditatorial no Brasil, a Comissão realizou Sessão Especial de Julgamento, com apreciação de 34 processos de anistia política de sergipanos.

Participaram da abertura da Caravana o ministro da Justiça, Tarso Genro, o governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Brito, e o presidente da OAB Seccional de Sergipe, Henri Clay, além de outras autoridades.

Os anistiados sergipanos foram homenageados com apresentação do grupo musical local "Cata Luzes", que se reuniu pela primeira vez para compor músicas de protesto no âmbito do movimento estudantil, na década de 60, e com o vídeo "Sessão de Memória", produzido pela Comissão de Anistia especialmente para a ocasião. Foram especialmente homenageados os senhores Antônio Fernandes Viana de Assis, João de Seixas Dória e Milton Coelho Carvalho, os quais receberam Portaria de Anistiado Político das mãos do ministro Tarso Genro e placas de honraria das mãos de Henry Clay.

Desde seu lançamento, o projeto Caravana da Anistia já percorreu 11 estados, apreciando mais de 450 requerimentos. Além de tornar público o trabalho da Comissão, busca aproximar a juventude brasileira da temática da luta pela democracia.

## PROCESSOS DE MILITARES

Foram apreciados em Turma 13.550 (treze mil quinhentos e cinquenta) processos da totalidade dos requerimentos de militares autuados na Comissão de Anistia, representando 91,14%, restando apenas 8,86% para apreciação.

Nesse sentido, a Secretaria-Executiva da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça criou uma turma para julgamento exclusivo de processos de militares, a Turma de Militares, Turma 7, iniciou seu trabalho no mês de maio e tem como finalidade apreciar os 1.320 requerimentos restantes.

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do  
Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem  
ser enviadas para o e-mail:  
[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)



## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 36 - Julho de 2009

## 24ª CARAVANA ANISTIA CAMPONESES DO ARAGUAIA

Moradores de sete municípios do sul e sudeste do Pará, perseguidos pela ditadura militar durante a Guerrilha do Araguaia, foram reconhecidos como anistiados políticos pelo Estado brasileiro. O anúncio do resultado do julgamento dos primeiros 84 processos de anistia política de camponeses foi feito no dia 19 de junho, na Praça Frei Gil, em São Domingos do Araguaia, com a presença do ministro da Justiça, Tarso Genro, da governadora Ana Júlia Carepa, do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e de conselheiros da Comissão.

Quarenta e quatro pedidos de anistia política foram deferidos e seus requerentes receberam reparação econômica em prestação mensal vitalícia de dois salários mínimos, além de valores retroativos à data de entrada dos processos — em média, R\$ 100 mil.

Foi o primeiro ato público de reparação coletiva realizado pela Comissão de Anistia. "Eles são protagonistas da construção da democracia no país. Por isso, devemos dar um pouco de justiça e reconhecimento, para que a nossa sociedade tenha conhecimento das consequências de um regime ditatorial, que não atingiu somente os que estão nos grandes centros e famosos líderes. Temos uma tarefa constitucional e oficial a cumprir com essas pessoas", afirmou Paulo Abrão, na leitura do resultado do julgamento, durante abertura da 24ª Caravana da Anistia. Para ele, a promoção dessas reparações não tem apenas cunho econômico para quem sofreu nas mãos dos agentes do Estado. "É uma reparação moral e um pedido oficial de desculpas. Um país que reconhece seus erros não irá repeti-los, como afirmou o presidente Lula", frisou.

Para chegar ao resultado do julgamento, a Comissão de Anistia foi duas vezes à região do Araguaia, em 2007 e 2008, e colheu um total de 256 depoimentos de moradores. Os relatos históricos, cruzados com documentos do Ministério Público Federal e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, revelaram fatos ocorridos há mais de 30 anos, entre 1971 e 1975.

Para a governadora do Pará, a anistia política é motivo de festa, momento em que se constrói uma nova história no país. "A resistência e a coragem da população transformaram o Araguaia em um símbolo brasileiro contra a opressão. Muitas lideranças surgiram nessa região e, aqui, vocês representam bem aqueles que lutaram neste

período no Brasil", ressaltou. Ana Júlia Carepa disse que, no primeiro ano de mandato, o governo do Estado pediu desculpas oficiais às famílias e sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás, quando 19 trabalhadores sem-terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar.

Tarso Genro destacou que a anistia política é um ato democrático que deve ser público e transparente. "Estamos construindo um país respeitado no mundo todo. Queremos resolver os problemas do país pelas vias democráticas mais sólidas", afirmou. Para ele, a persistência do povo pode regenerar o vigor democrático das instituições. "Hoje, estamos trazendo o pedido de desculpas, de perdão do Estado brasileiro. O Estado tem que se envergonhar pelo que foi feito" acrescentou.

## Torturas

Nesse cenário viveu Adalgisa Moraes da Silva, 76 anos. Ela recebeu do ministro Tarso Genro a portaria que lhe concedeu a anistia política. No período da Guerrilha do Araguaia, o marido de Adalgisa, Frederico Lopes, 72 anos, apanhou de policiais que o chamavam de terrorista. "Depois de tudo o que sofreu, foi largado numa casa de apoio para loucos, onde ficou por um ano e oito meses. E eu fiquei aqui na cidade, sofrendo para criar nove meninos. Fui obrigada a dar um filho, porque não tinha mais condições; eu quebrava coco e lavava roupa", contou.

Os distúrbios mentais deixaram Frederico incapacitado para o trabalho, após a prisão por 60 dias em Marabá. Em uma das sessões de tortura, foi colocado numa lata e chutado pelos militares.

A família perdeu casa, mantimentos e animais, queimados pelos militares. Após a prisão de Frederico, foram expulsos do imóvel e nunca mais tiveram casa própria. O filho, José Moraes da Silva, é presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, fundada em 2005. A entidade representa camponeses de sete municípios: São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, São Geraldo do Araguaia e Piçarra.

"Na época da Guerrilha, eu tinha 14 anos. A maioria dos trabalhadores perseguidos hoje está doente. Com a indenização, poderão cuidar melhor da sua saúde. Meu pai é um deles", disse ele.

Participaram, ainda, da cerimônia de abertura da Caravana, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, e os representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Pedro Pontual, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Augustino Veit, e do Itamaraty, Camila Giunchetti.



O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.



Aos 76 anos, Adalgisa Moraes da Silva se emociona ao receber do ministro Tarso Genro a portaria que a reconhece como anistiada política.



A governadora Ana Júlia Carepa e o anistiado Raimundo Pereira da Silva, durante a Caravana em São Domingos.



O ato da Caravana da Anistia reuniu centenas de pessoas.

Fotos: Lucivaldo Serra / AG Pará

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br) [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 37 - Agosto de 2009

## COMISSÃO REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MEMORIAL EM BELO HORIZONTE

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça debate o "Projeto Memorial da Anistia Política" em audiência pública, em Belo Horizonte (MG).

Promovida em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e a prefeitura da capital, a audiência pública reuniu 180 pessoas.

Participaram da mesa a vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, o conselheiro da Comissão e coordenador-executivo do Memorial, Edson Pistori, o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ronaldo Pena, a vice-reitora e curadora do Memorial, Heloisa Starling, o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Perly Cipriano, o vereador Arnaldo Godoy, que preside a Comissão de Educação da Câmara Municipal, o vice-presidente da Associação de Moradores, Geraldo Argelino, e a presidente da Fundação de Cultura da Prefeitura, Taís Pimentel.

## Construção começa este mês

Aprovado em julho pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte, o projeto do Memorial da Anistia Política iniciará suas obras neste mês de agosto.

## OFICINA DE DIÁLOGO E ESCUTA



Os Núcleos dos Projetos Memorial e Educativo, com o apoio de todos os setores da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizaram atividade interna de capacitação no dia 28 de julho. Chamada de 1ª "Oficina de Diálogo e Escuta", a atividade teve como objetivo disseminar as ações de ambos os projetos para os demais setores. A oficina objetivou também divulgar todos os passos tomados para a construção do Memorial da Anistia Política, a ser inaugurado ainda este ano.

iniciará suas obras neste mês de agosto.

A definição da sede do Memorial da Anistia Política foi anunciada no dia 28 de abril, em cerimônia no Ministério da Justiça, em Brasília. Foi escolhido o prédio da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG, tombado pelo Município no início da década de 1990 e conhecido como marco da resistência à ditadura militar.

A primeira etapa das obras será a reforma desse prédio, que abrigará o espaço de exposições. A inauguração está prevista para o fim deste ano. Em 2010, será construído um prédio anexo, onde funcionará o centro de documentação e pesquisa. Foi acertado com a Prefeitura de Belo Horizonte, ainda, a construção de uma praça histórica para integrar a área.

O Memorial vai disponibilizar, para consulta pública, os mais de 64 mil processos recebidos pela Comissão de Anistia, alguns com documentos inéditos. O acervo também incluirá os arquivos que estão sendo coletados, desde maio de 2008, em campanha de doação de documentos do período da ditadura.

## 26ª CARAVANA SERÁ EM BELO HORIZONTE

A Comissão de Anistia julgará processos de ex-perseguidos políticos mineiros na 26ª Caravana da Anistia, a se realizar em Belo Horizonte (MG) no dia 13 de agosto, às 14h, no auditório nº 1 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Serão julgados processos de banidos e ex-presos políticos que participaram de greves de fome enquanto estavam presos, em prol da Anistia Ampla Geral e Irrestrita ou reivindicando direitos fundamentais dentro das prisões.

No mesmo dia, às 10h, o ministro da Justiça, Tarso Genro, ministrará Aula Magna na UFMG, com o objetivo de contribuir para o conhecimento dos jovens estudantes sobre os acontecimentos que constituem a memória do processo democrático no país.



Perspectiva do prédio do Memorial da Anistia.

## CARAVANA HOMENAGEIA PARAIBANOS

Com uma homenagem aos paraibanos que lutaram pela democracia no período de repressão, foi realizada no último dia 9, em João Pessoa (PB), a 25ª Caravana da Anistia. Durante o evento, realizado em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, entregou a portaria de anistia política ao governador José Maranhão, que teve seu mandato de deputado estadual cassado em 1969.

Foram julgados 70 requerimentos de paraibanos, analisados por três Turmas de conselheiros. Com isso, a Paraíba se tornou o primeiro estado da federação com a totalidade de processos apreciados pela Comissão. "As perseguições e a violência das forças opressoras foram muito intensas no Nordeste. Por isso, a história da ditadura não pode ser restringida ao centro do país", apontou Paulo Abrão.

Para o presidente da OAB-PB, José Mário Porto Júnior, a Caravana é um momento histórico para o estado. "Este ato fortalece os laços da democracia. A anistia é um dos instrumentos que a sociedade tem para se reconciliar consigo mesma", afirmou. "Que hoje se faça justiça na casa paraibana dos direitos humanos".

## Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: [acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br) [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

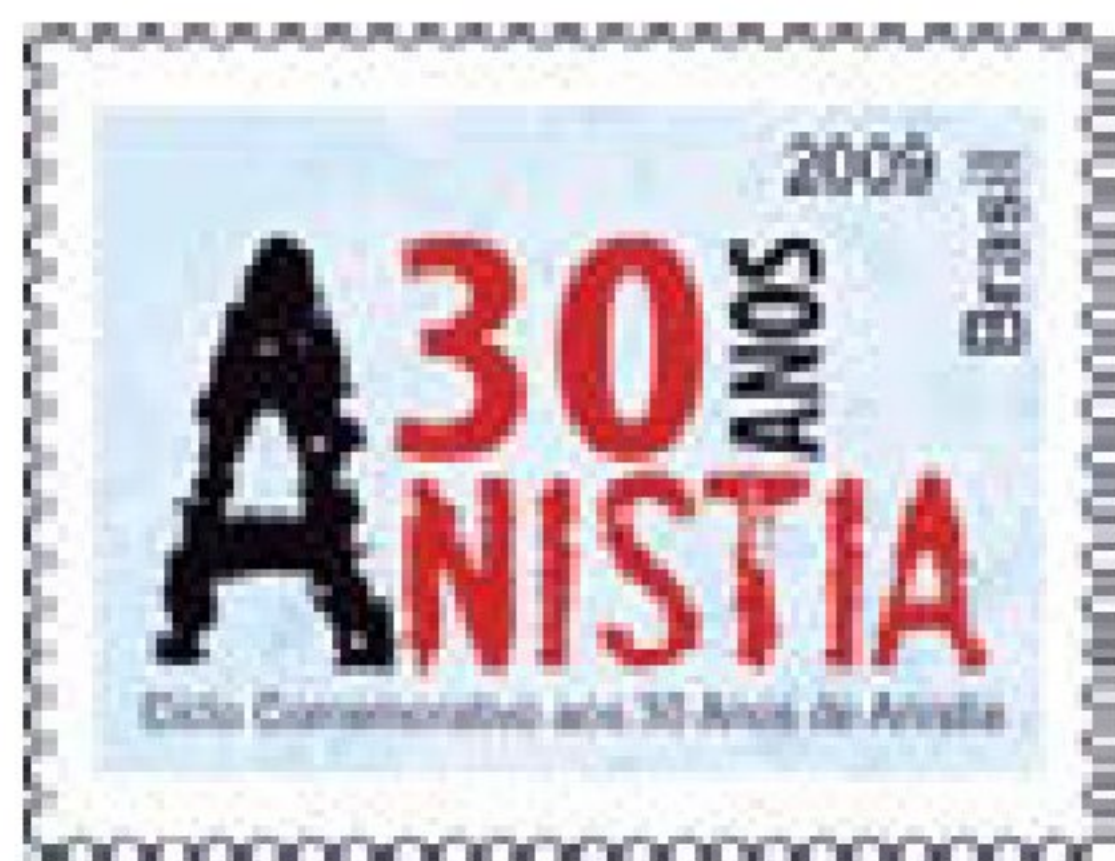


# ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano III - Número 38 - Setembro de 2009

## COMISSÃO CELEBRA 30 ANOS DA LUTA PELA ANISTIA

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça debate o "Projeto Memorial da Anistia Política".



A intensa mobilização popular no ano de 1979, em favor da anistia ampla, geral e irrestrita foi celebrada em ato público no último dia 22, dia em que a aprovação da Lei da Anistia no Congresso Nacional completou 30 anos. O evento, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, promoveu o reencontro histórico de 37 ex-presos políticos que estavam encarcerados em agosto daquele ano. Boa parte dos militantes que estiveram presentes no ato participou, dentro das prisões, da greve de fome nacional pela anistia, em 1979. O protesto mobilizou diversos segmentos da sociedade e provocou uma série de manifestações populares no país. A campanha se tornou um dos símbolos do início da redemocratização.

Iniciada no dia 22 de julho de 1979, no presídio carioca Frei Caneca, a greve de fome teve participação de presos políticos de seis estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia, além do Rio de Janeiro. Após um mês ingerindo água, sal e açúcar, os presos encerraram a manifestação no dia 22 de agosto, logo após o resultado da votação da lei nº 6.683.

### Memorial da Anistia apresentado em Bogotá

O projeto do "Memorial da Anistia Política do Brasil", da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, foi apresentado à comunidade internacional nos dias 18 e 19 de agosto, em Bogotá, na Colômbia, durante o seminário "Recordar y Reparar en Medio del Conflicto: Experiencias Comparadas y Lecciones Aprendidas".

Além da experiência brasileira, foram apresentadas as iniciativas do Chile, Argentina e Peru relativas à memória histórica e processos de reparação.

No seminário, ocorreram diversas manifestações de apoio à iniciativa brasileira. A primeira fase do Memorial deve ser inaugurada em janeiro de 2010, mesma época em que o memorial chileno abrirá suas portas ao público.

A programação do ato público também incluiu a abertura de exposição de fotos sobre a luta pela anistia e a apresentação do projeto do Memorial da Anistia Política, que está sendo construído em Belo Horizonte (MG).

Também foi apresentado o selo dos Correios comemorativo aos 30 anos da anistia, uma parceria com o Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O selo será utilizado em todas as correspondências oficiais da Comissão até dezembro deste ano.

Houve ainda o lançamento da Revista da Anistia Política e Justiça de Transição. Com edições semestrais, a Revista trará textos de especialistas sobre questões relacionadas à justiça de transição - a reforma das instituições para a democracia; o direito à memória e à



verdade e o direito à reparação e o adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no passado. Os artigos acadêmicos são selecionados por meio de edital público. Autores com notório saber sobre um dos assuntos também vão colaborar com a iniciativa. Esta será a primeira publicação periódica em língua portuguesa dedicada exclusivamente ao tema.

Fotos: Issac



### Expediente

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:  
[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## COMISSÃO DE ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia | Nº 39 | outubro | 2009

Informativo

Com o objetivo de melhor proporcionar informação aos nossos leitores, o Boletim da Comissão de Anistia mudou seu layout. Confira.

### 28ª Caravana da Anistia - Ceará

Comissão julga 74 processos de ex-perseguidos políticos cearenses

A Comissão de Anistia realizou, nos dias 5 e 6 de outubro, em Fortaleza (CE), a 28ª Caravana da Anistia, em parceria com a Assembleia Legislativa do Ceará, a Associação 64/68 e a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou. Foram julgados 74 processos de ex-perseguidos políticos cearenses. Estiveram presentes os presidentes da Comissão, Paulo Abrão, da Assembleia Legislativa, Domingos Filho, e da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará, Hélio Leitão.

Além do julgamento, foram homenageados dois militantes que se tornaram símbolo de resistência no país. O dominicano Frei Tito e o estudante Bergson Gurjão, que tinham em comum a luta por justiça social. Preso e barbaramente torturado, Frei Tito não conseguiu suportar os fantasmas da ditadura e suicidou-se em 1974, num convento na França, para onde foi depois do exílio.

Dois anos antes, no sul do Pará, Gurjão desapareceu no confronto da Guerrilha do Araguaia, assassinado por agentes do regime golpista. Após uma espera de 37 anos, a família do estudante cearense recebeu, em julho deste ano, a confirmação de que a ossada encontrada no município de Xambioá (PA), em 1996, pertencia a Gurjão. O enterro de seus restos mortais foi realizado no dia 6, após o encerramento da Caravana, no Cemitério Parque da Paz, com a presença do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucci.

O julgamento da 28ª Caravana da Anistia foi realizado por três turmas de conselheiros da Comissão. "O Brasil, ao reconhecer esses acontecimentos, lembra que a democracia é um valor a ser preservado", afirma o presidente Paulo Abrão. Criada em 2002, a Comissão de Anistia recebeu mais de 64 mil requerimentos de anistia política até hoje, dos quais cerca de 47 mil já foram julgados. Foram anistiados 30 mil brasileiros.



### Informes de Julgamentos

#### Grupo de Trabalho

A Comissão de Anistia, por meio de sua Secretaria-Executiva, instituiu um Grupo de Trabalho permanente para fazer pré-análise de todos os processos com autuação abaixo de 40.000 e de requerentes acima de 70 anos de idade. Todos os processos com numeração abaixo de 30.000 já foram pré-analisados, possibilitando a apreciação por turma de julgamento ou promovendo o saneamento através de solicitações de diligências.

#### Vereadores

De janeiro a outubro de 2009, a Comissão de Anistia finalizou e publicou portarias de 2.228 processos de vereadores. Foram 916 portarias em nome do próprio requerente e 1312 em nome de cônjuges ou dependentes.

### Seminário Debate Reparações

Tema do evento foi o sistema de reparação dos ex-perseguidos políticos

O seminário sobre o Sistema de Reparação dos Ex-perseguidos Políticos foi realizado no dia 28 de setembro, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, em Brasília. Idealizado pela Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), o evento foi realizado com o apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Na ocasião, representantes das entidades se reuniram com integrantes da Comissão de Anistia, entre eles o presidente, Paulo Abrão, além de assessores e conselheiros.



Foto: Paula Nogueira

#### IDEJUST

No dia 13 de outubro, o Ministério da Justiça e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) lançaram o Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), composto por pesquisadores de diversas instituições de ensino do Brasil. Em abril de 2010, o grupo realizará evento nacional sobre "tradução da cultura autoritária na cultura jurídico-política contemporânea".

#### NOTAS

- A Comissão de Anistia recebeu homenagem da Assembleia Legislativa do Ceará, no último dia 5, pelo trabalho desenvolvido na educação e difusão dos Direitos Humanos.

- Em solenidade realizada no dia 24 de setembro, em Goiânia (GO), a vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, recebeu em nome do ministro da Justiça, Tarso Genro, a comenda da Ordem do Mérito Anhangüera, a mais alta condecoração do Estado.

- Em comemoração à Semana Ulysses Guimarães, ocorrida neste mês, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, recebeu a medalha "Ulysses Silva Guimarães" em nome do ministro Tarso Genro. O evento foi realizado pela Fundação Ulysses Silva Guimarães, em parceria com o Município de Rio Claro (SP).

#### Aumenta número de processos apreciados

O plenário da Comissão de Anistia continua aumentando a quantidade de processos apreciados. No ano de 2007, foram apreciados 295 processos. Em 2008, a quantidade subiu para 383 e, em setembro de 2009, já foram apreciados 533 recursos.

#### Caravanas contribuem para celeridade

As Caravanas da Comissão de Anistia — além de seu caráter educativo e político, que recoloca a questão da anistia na arena pública — vem colaborando para ampliar a quantidade de processos apreciados pelo órgão. Como não concorrem com as sessões de julgamento ordinárias no Palácio da Justiça, sendo realizadas às sextas-feiras ou de modo simultâneo, com turmas-extras, até hoje as Caravanas já adicionaram cerca de 500 requerimentos à pauta de julgamentos.

### EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)



# COMISSÃO DE ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia | Nº 39 | novembro | 2009 | ERRATA

Informativo

## 28ª Caravana da Anistia - Ceará

Comissão julga 74 processos de ex-perseguidos políticos cearenses

A Comissão de Anistia realizou, nos dias 5 e 6 de outubro, em Fortaleza (CE), a 28ª Caravana da Anistia, em parceria com a Assembleia Legislativa do Ceará, a Associação 64/68 e a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou. Foram julgados 74 processos de ex-perseguidos políticos cearenses. Estiveram presentes os presidentes da Comissão, Paulo Abrão, da Assembleia Legislativa, Domingos Filho, e da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará, Hélio Leitão.

Além do julgamento, foram homenageados dois militantes que se tornaram símbolo de resistência no país. O dominicano Frei Tito e o estudante Bergson Gurjão, que tinham em comum a luta por justiça social. Preso e barbaramente torturado, Frei Tito não conseguiu suportar os fantasmas da ditadura e suicidou-se em 1974, num convento na França, para onde foi depois do exílio.

Dois anos antes, no sul do Pará, Gurjão desapareceu no confronto da Guerrilha do Araguaia, assassinado por agentes do regime golpista. Após uma espera de 37 anos, a família do estudante cearense recebeu, em julho deste ano, a confirmação de que a ossada encontrada no município de Xambioá (PA), em 1996, pertencia a Gurjão. O enterro de seus restos mortais foi realizado no dia 6, após o encerramento da Caravana, no Cemitério Parque da Paz, com a presença do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi.

O julgamento da 28ª Caravana da Anistia foi realizado por três turmas de conselheiros da Comissão. "O Brasil, ao reconhecer esses acontecimentos, lembra que a democracia é um valor a ser preservado", afirma o presidente Paulo Abrão. Criada em 2002, a Comissão de Anistia recebeu mais de 64 mil requerimentos de anistia política até hoje, dos quais cerca de 47 mil já foram julgados. Foram anistiados 30 mil brasileiros.

### IDEJUST

No dia 13 de outubro, o Ministério da Justiça e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) lançaram o Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), composto por pesquisadores de diversas instituições de ensino do Brasil. Em abril de 2010, o grupo realizará evento nacional sobre "tradução da cultura autoritária na cultura jurídico-política contemporânea".

## Informes de Julgamentos

### Grupo de Trabalho

A Comissão de Anistia, por meio de sua Secretaria-Executiva, instituiu um Grupo de Trabalho permanente para fazer pré-análise de todos os processos com autuação abaixo de 40.000 e de requerentes acima de 70 anos de idade. Todos os processos com numeração abaixo de 30.000 já foram pré-analisados, possibilitando a apreciação por turma de julgamento ou promovendo o saneamento através de solicitações de diligências.

### Vereadores

De janeiro a outubro de 2009, a Comissão de Anistia finalizou e publicou portarias de 2.228 processos de vereadores. Foram 916 portarias em nome do próprio requerente e 1312 em nome de cônjuges ou dependentes.

Com o objetivo de melhor proporcionar informação aos nossos leitores, o Boletim da Comissão de Anistia mudou seu layout. Confira.

## Seminário Debate Reparações \*

Tema do evento foi o sistema de reparações dos ex-perseguidos políticos

Realizado seminário no dia

28 de setembro, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, em Brasília, sobre o Sistema de Reparação dos Ex-perseguidos Políticos. A atividade representa o atendimento a uma reivindicação das entidades representativas de anistiados e anistiados políticos do Brasil junto à CEANISTI. Idealizado pelo Ministro da Justiça, o evento foi organizado por comitê formado pelas associações que representam diversos grupos de anistiados e anistiandos, que formularam pautas, apresentaram críticas, sugestões e demandas, com o apoio estrutural da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.



Foto: Paula Nogueira

\* Esta matéria circulou previamente com informações incorretas e está agora devidamente retificada.

### NOTAS

- A Comissão de Anistia recebeu homenagem da Assembleia Legislativa do Ceará, no último dia 5, pelo trabalho desenvolvido na educação e difusão dos Direitos Humanos.

- Em solenidade realizada no dia 24 de setembro, em Goiânia (GO), a vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, recebeu em nome do ministro da Justiça, Tarso Genro, a comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, a mais alta condecoração do Estado.

- \* Em comemoração à Semana Ulysses Guimarães, ocorrida neste mês, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, recebeu a medalha "Ulysses Silveira Guimarães". O evento foi realizado pela Fundação Ulysses Silveira Guimarães, em parceria com o Município de Rio Claro (SP).

\* Esta nota circulou previamente com informações incorretas e está agora devidamente retificada.

### Aumenta número de processos apreciados

O plenário da Comissão de Anistia continua aumentando a quantidade de processos apreciados. No ano de 2007, foram apreciados 295 processos. Em 2008, a quantidade subiu para 383 e, em setembro de 2009, já foram apreciados 533 recursos.

### Caravanas contribuem para celeridade

As Caravanas da Comissão de Anistia – além de seu caráter educativo e político, que recoloca a questão da anistia na arena pública – vem colaborando para ampliar a quantidade de processos apreciados pelo órgão. Como não concorrem com as sessões de julgamento ordinárias no Palácio da Justiça, sendo realizadas às sextas-feiras ou de modo simultâneo, com turmas-extras, até hoje as Caravanas já adicionaram cerca de 500 requerimentos à pauta de julgamentos.

## EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

# COMISSÃO DE ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia | Nº 40 | novembro | 2009 | ERRATA

Informativo

## Comissão recebe Medalha Mérito Legislativo

Homenagem é outorgada pela Câmara dos Deputados

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça recebeu no último dia 11, quarta-feira, a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados. Instituída em 1983 pela Casa, a iniciativa homenageia cidadãos, instituições, entidades, campanhas, programas e movimentos de cunho social, civil ou militar que ajudaram a promover o desenvolvimento do país nas áreas social, econômica, cultural ou política.



Foto: Arquivo da CA

## Capacitação: Justiça de Transição

Curso Internacional de Justiça de Transição é realizado no Rio de Janeiro

Representantes de 13 países participaram, de 29 de outubro a 1º de novembro, no Hotel Windsor Miramar, no Rio de Janeiro, do Curso Essencial de Justiça de Transição, promovido em parceria pelo Ministério da Justiça, o Centro Internacional de Justiça de Transição, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. O curso contou com a presença do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, do Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, e do Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, além de representantes de países como: Espanha, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Angola, África do Sul, El Salvador e Estados Unidos, entre outros.

A justiça de transição é um conceito criado na década de 1990 e amplamente adotado, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU). Reúne quatro tarefas fundamentais para os Estados lidarem com o legado deixado por regimes de exceção e consolidarem a democracia. São elas: reforma das instituições; o direito à memória e à verdade; o direito à reparações e o adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no passado. Na recente visita que fez ao Brasil, em novembro, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, referiu que o Brasil é o único país da região que ainda não adotou qualquer tipo de medida judicial contra as graves violações aos direitos humanos durante o regime de exceção. Atualmente a questão da extensão da Lei de Anistia de 1979 aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal.

Foto: Arquivo da CA



## EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## Caravana homenageia PCdoB

Foi realizada em São Paulo, no último dia 6, a 29ª Caravana da Anistia. O evento aconteceu durante o 12º Congresso Nacional do PCdoB e julgou processos de militantes do partido que foram perseguidos pela ditadura militar (1964-1985). O evento contou com a presença do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, e os presidentes da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, do PCdoB, Renato Rabelo, bem como de Aldo Rabelo, deputado federal pelo PCdoB/SP e Inácio Arruda, senador pelo PCdoB/CE.

Além dos julgamentos, foram homenageados durante a Sessão de Memória, ação integrante do projeto Memorial da Anistia Política no Brasil, João Amazonas, presidente de honra do PCdoB, e Renato Rabelo, atual presidente do PCdoB.

## 10ª Anistia Cultural: Literatura e Memória

A Comissão de Anistia realizou no dia 16 de novembro, no salão negro do Ministério da Justiça, a 10ª Anistia Cultural: Literatura e Memória. Durante o evento foram realizadas diversas atividades como: A Mesa Temática Literatura e Memória, na qual estavam presentes Maurice Politi, escritor, ex-presos político e presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, e Pedro Tierra, escritor e ex-presos político; O lançamento do Jornal Constituição e Justiça, pela Universidade de Brasília – UnB; A Exposição Fotográfica 30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil: Greve de Fome de 1979, e a Maquete do memorial da Anistia Política; O lançamento de livros e sessão de autógrafos. Durante a sessão de autógrafos estiveram presentes os seguintes autores: Maurice Politi; Pedro Tierra; Gilney Viana e Perly Cipriano; Alípio Freire; Edson Teixeira e Edileusa Lima.

### NOTAS

- A Comissão de Anistia, na pessoa de seu Presidente, Paulo Abrão, participou do ciclo de atividades em homenagem aos 40 anos da morte de Carlos Marighella, tendo participado das seguintes atividades, em São Paulo: no dia 4 Ato na Alameda Casa Branca e Ato no Salão Nobre da Câmara Municipal; e no dia 7 Exposição Marighella no Memorial da Resistência, e "Sábado Resistente", com apresentação do grupo de teatro "Oi nois aqui travez" com peça sobre Marighella.

- O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou, no dia 12 do corrente mês no Centro de Memória do TSE, a exposição "O Progressivo Caminhar da Democracia no Brasil", em homenagem aos 30 anos do processo de redemocratização brasileira, no qual foram expostos materiais didáticos da Comissão de Anistia. O presidente da Comissão, Paulo Abrão, esteve presente na atividade a fim de apresentar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Anistia.



# COMISSÃO DE ANISTIA

Boletim da Comissão de Anistia | Nº 41 | dezembro | 2009 |

## 31ª Caravana anistia Paulo Freire

Paulo Freire foi anistiado 45 anos após exílio, na presença de mais de 3 mil professores e educadores de todas as regiões do Brasil e de outros 22 países.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu a anistia política post mortem ao educador Paulo Freire, falecido em 1997. A 31ª edição da Caravana foi realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, organizado pelo Ministério da Educação, o julgamento do processo foi feito por uma turma especial da Comissão. O evento ocorre em parceria com o Instituto Paulo Freire e com o apoio das seguintes instituições: comissões de Educação da Câmara e do Senado, Ministério da Educação, Unesco, Associação dos Juizes para a Democracia, Instituto Catarinense de Aprendizagem e Educação Infantil (ICAE), Movimento dos Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi).

Presente na cerimônia, a viúva, Ana Maria Araújo Freire, se emocionou ao falar do marido. “Hoje, Paulo, você pode descansar em paz. Sua cidadania plena, sem vazios e sem lacunas, foi restaurada, como você queria, e proclamada, como você merece”, relatou.

A extinção do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que levaria o “método Paulo Freire” a todo o país, foi um dos primeiros atos do regime autoritário, após o golpe de 1964.

### NOTAS:

#### CEANISTI

No último dia 02, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial Destinada a Acompanhar a Aplicação das Leis de Anistia (CEANISTI), no plenário 5 da Câmara dos Deputados. Na ocasião, Paulo Abrão apresentou o balanço atualizado da Comissão de Anistia e respondeu aos questionamentos apresentados.

O educador pernambucano foi afastado da coordenação do Plano Nacional, instituído meses antes pelo MEC, e aposentado compulsoriamente da cadeira de professor de História e Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Após ser preso por 70 dias em uma cadeia de Olinda (PE), partiu para o exílio, retornando ao Brasil somente em 1980. Diversos educadores do PNA já haviam sido anistiados pela Comissão nos últimos anos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mensagem, falou sobre o significado do evento: “Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da Pátria educadores que queriam libertar o país do analfabetismo.”

“Que este ato de pedido de desculpas aos familiares de Paulo Freire colabore para a disseminação e a revalorização da sua pedagogia da esperança, popular e libertadora”, completou o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.



### Comissão recebe visitas

No último mês, a Comissão de Anistia recebeu três importantes visitas. Estiveram no órgão o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito; novo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas; e a coordenadora de combate à tortura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria Auxiliadora Arantes.

## 32ª Caravana julga 142 processos em Pelotas

Realizada em Pelotas, no Rio Grande do Sul, o evento realizado pela Comissão de Anistia emocionou em sua última edição.

A última edição da Caravana da Anistia de 2009 realizada no último dia 4 em Pelotas, no Rio Grande do Sul, julgou 142 processos de gaúchos de todas as partes do estado que foram perseguidos politicamente. A atividade foi promovida pela Comissão de Anistia em parceria com os seguintes órgãos: Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Pelotas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Católica de Pelotas (UCP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - seção Pelotas, União Nacional dos Estudantes (UNE), União da Juventude Socialista (UJS), Diretório Central dos Estudantes da UFPEL, União Estadual dos Estudantes (UEE) e Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MNDH).

Estiveram presentes na 32ª edição da Caravana o ministro da Justiça, Tarso Genro, o presidente da Comissão, Paulo Abrão, os reitores das universidades Católica e Federal de Pelotas, Alencar Proença e Cezar Borges, o presidente da OAB da cidade, Marco Aurélio Fernandes, e o Procurador da República em Uruguaiana, Ivan Marx.

Os julgamentos foram realizados simultaneamente por cinco turmas. Segundo o presidente da Comissão, Paulo Abrão, “a Caravana permite à sociedade conhecer melhor seu passado e, ainda, conferir de perto os trabalhos e critérios de julgamento da Comissão de Anistia”, avalia.

Esta foi a quinta Caravana da Anistia no Rio Grande



do Sul. Em julho de 2008, a Caravana esteve em Caxias do Sul, durante o 29º Encontro Nacional de Estudantes de Direito (ENED), realizando julgamentos perante um público de cerca de 1,5 mil estudantes de todo o Brasil. Em outubro do mesmo ano, a Caravana da Anistia passou por Porto Alegre, Charqueadas e São Leopoldo. Na oportunidade foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul cerimônia de homenagem ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que teve sua anistia concedida pelo Ministro de Estado da Justiça.

### Punição para torturadores

Durante a atividade em Pelotas, o ministro da Justiça, Tarso Genro defendeu, a punição aos agentes do Estado que praticaram tortura durante a ditadura. “A transição para a democracia no Brasil precisa ser completada. Não desejamos que quem praticou tortura durante o regime seja preso, mas reconhecido pela sociedade e julgado, mesmo que seja para a Justiça dizer que a pena já está prescrita. Quem foi torturado e quem torturou não pode receber o mesmo tipo de anistia”, defendeu. A posição do ministro foi endossada pelo presidente da Comissão, Paulo Abrão. “Não se admite a tortura como prática de repressão. Tortura não é crime político, mas imprescritível e contra a humanidade”, afirmou.

FOTO: IZABELA LOBATO PEIXOTO

## EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

[acsanistia@mj.gov.br](mailto:acsanistia@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)

## EXPEDIENTE

### Integrantes da Comissão de Anistia de janeiro a dezembro de 2009

Ademilson Neves Agostinho

Adriana Burgos de Oliveira

Adriana Monteiro da Silva

Ana Carolina Ribeiro Ferreira

André Amud Botelho

André Lopes Beserra

Andrea Valentim Alves Ferreira

Antonio Francisco Marcico Ribeiro

Antonio Hilario Pereira de Sousa

Ariskelma Carvalho de Faria

Arlene Pereira da Silva

Arquimedes Barros Rodrigues

Cícero Campos da Silva

Claudia Grizel Curci Ramos Leão

Cleonice Maria da Silva Leão Nunes

Cristoferson Bezerra Santos

Daniela Alves de Almeida

Daniela Frantz

Danilo Reis dos Santos

Ednaldo Portela de Amorim

Evelin dos Santos Ferreira

Fábio de Alencar Machado

Fernando Goya Maldonado

Flávia Carlet

Gabriela Aparecida Fonseca Andrade

Gabriela Tavares Costa

Gardênia Azevedo de Oliveira

Gilles Sebastião Gomes

Gláucia Bruno de Sousa

Gustavo Ferreira de Souza

Hayara Viana Silva

Helder Nascimento

Hudson Lopes Cerqueira da Silva

Irenilce Ferreira Fontão

Isabela Lobato Peixoto

Jailson Tenório dos Reis

Jane Ferreira Braulino

Jeferson Carol Batista da Silva

Jefferson Pereira Novais Souza

Joaquim Soares de Lima Neto

José Antônio Primo Júnior

José Luiz Oyapock Silva Andrade

Joyce Cristina Alcoforado

Jucimara Garcia Moraes

Kelen Meregali Model Ferreira

Kelly Guimarães Costa

Ketulin Angélica Mendes dos Santos

Lélio Bezerra Pimentel

Lívia Gimenez Dias da Fonseca

Luana Andrade Benício

Luciana de Souza Ramos

Luciane Canto da Rosa

Luiz Alberto Miller

Marcelo Dalmás Torelly

Márcio Rodrigo Penna Borges Nunes Cambraia

Maria José Vicente da Silva

Mariane Tokarski

Marleide Ferreira Rocha

Matheus Winch Schmidt

Meirielle de Souza Sá Gomes

Muller Luiz Borges

Natália Costa



Neire Peres do Carmo  
 Norma Feliciano da Silva  
 Paula Danielli Rocha Nogueira  
 Paula Morena Silva Vitor  
 Paulo Abrão Pires Junior (Presidente)  
 Paulo Roberto Hamú Júnior  
 Priscila Bezerra Temperani  
 Ranildo Aparecido de Oliveira  
 Raquel Nogueira Rafael  
 Renata Menezes Fernandes  
 Roberta Araújo da Silva Guimarães  
 Roberta Vieira Alvarenga (Secretária-Executiva)  
 Roberto Flores dos Reis  
 Rodrigo Dessesards Nelsis  
 Rodrigo Marques Silva  
 Rogéria Albuquerque Cunha

Rosemeire de Oliveira Araujo  
 Ruy Fernando Franco L. Junior  
 Sanara Scarlett Lopes Silva  
 Sérgio Carvalho da Silva  
 Sibele Soriano Carneiro de Abreu Costa  
 Simone Eliza Casagrande  
 Simone Steigleder Botelho  
 Sueli Aparecida Bellato (Vice-Presidente)  
 Tatiana Furtado de Oliveira  
 Tatiana Tannús Grama  
 Tatiane Aparecida Silva Carvalho  
 Thiago Azevedo Luna dos Santos  
 Tiago Alexandre Santos Almeida  
 Vinícius Marcelus Rodrigues Nunes  
 Viviane Fecher Moreira  
 Wannessa Elidda Pacheco Portugal

## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA<sup>5</sup>

### **Presidente:**

#### **Paulo Abrão**

*Conselheiro deste 04 de abril de 2007*

Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Curso de Pós-Graduação e da Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília e licenciado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi).

### **Vice-Presidente:**

#### **Sueli Aparecida Bellato**

*Conselheira desde 06 de março de 2003*

Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de Direitos Humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

### **Conselheiros:**

#### **Aline Sueli de Salles Santos**

*Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008*

Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

<sup>5</sup> Elaborada a partir do Produto de Consultoria MJ/PNUD N.º 02 (BRA/08/021), de autoria da Consultora Marleide Rocha Ferreira. Os conselheiros da Comissão de Anistia são nomeados em portaria expedida pelo Ministro da Justiça e prestam serviço considerado de relevante interesse público, sem qualquer remuneração.



**Ana Maria Lima de Oliveira***Conselheira desde 26 de abril de 2004*

Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987, graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará. Atualmente compõe a equipe de assessoria do Gabinete da Governadora do Estado do Pará.

**Ana Maria Guedes***Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009*

Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e membro da Coordenação do Projeto Memorial da Anistia e Direitos Humanos da Bahia.

**Edson Claudio Pistori***Conselheiro desde 13 de janeiro de 2009*

Nascido em Rondonópolis/MT, em 15 de março de 1977, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e mestrando na mesma instituição. Foi Assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Atualmente é professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

**Egmar José de Oliveira***Conselheiro desde 26 de abril de 2004*

Nascido em Jaraguá/GO, em 02 de agosto de 1958, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis. Atualmente é advogado militante em São Paulo e Goiás, atuando em causas trabalhistas e de direitos humanos.

**Eneá de Stutz e Almeida***Conselheira desde 22 de outubro de 2009*

Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professora da Universidade de Brasília, onde atualmente é coordenadora do curso de graduação em Direito. É vice-presidente do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), na gestão 2009-2011.

**Henrique de Almeida Cardoso***Conselheiro desde 31 de maio de 2007*

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**José Carlos Moreira da Silva Filho***Conselheiro desde 25 de maio de 2007*

Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

**Juvelino José Strozake***Conselheiro desde 25 de maio de 2007*

Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

**Luciana Silva Garcia***Conselheira desde 25 de maio de 2007*

Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Advoga para a organização não-governamental Justiça Global que atua junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

**Márcia Elayne Berbich de Moraes***Conselheira desde 23 de julho de 2008*

Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutoranda em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. É integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul desde 2002. É professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA).



**Márcio Gontijo***Conselheiro desde 21 de agosto de 2001*

Nascido em Belo Horizonte/MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo ainda acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

**Marina da Silva Steinbruch***Conselheira desde 25 de maio de 2007*

Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como Defensora Pública da União por 22 anos.

**Maria Emilia Guerra Ferreira***Conselheira desde 22 de outubro de 2009*

Nascida em Manaus/AM, em 22 de outubro de 1944, é religiosa da Congregação de Nossa Senhora – cónegas de Santo Agostinho. Psicóloga graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” de São Paulo. É mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

**Mário Miranda de Albuquerque***Conselheiro desde 22 de outubro de 2009*

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

**Narciso Fernandes Barbosa***Conselheiro desde 25 de maio de 2007*

Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

**Prudente José da Silva Mello***Conselheiro desde 25 de maio de 2007*

Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutor em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona no Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos do Centro de Estudos Universitários de Santa Catarina (CESUSC).

**Rita Maria de Miranda Sipahi***Conselheira desde 22 de outubro de 2009*

Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

**Roberta Camineiro Baggio***Conselheira desde 25 de maio de 2007*

Nascida em Penápolis/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

**Rodrigo Gonçalves dos Santos***Conselheiro desde 25 de maio de 2007*

Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É professor da Faculdade de Direito UNIEURO/DF.

**Vanda Davi Fernandes de Oliveira***Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008*

Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.



**Virginius José Lianza da Franca***Conselheiro desde 1º de agosto de 2008*

Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial e mestrando em Direito pela mesma instituição. Atualmente é professor da Faculdade ASPER/PB. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba.





